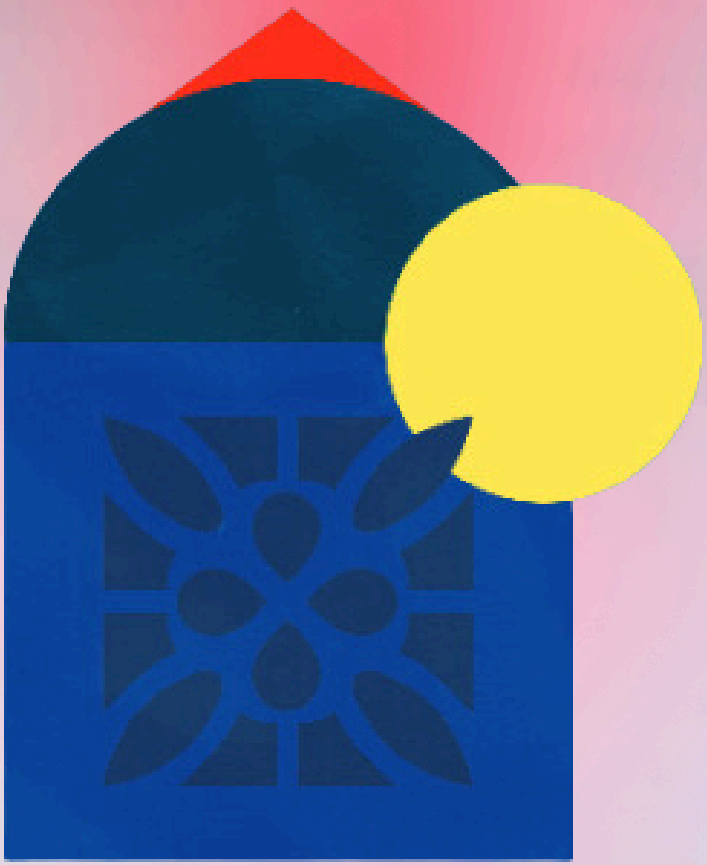


SÉRIE: COLEÇÃO GEPIFHRI - PRO

MULHERES, EDUCAÇÃO E REGIME POLÍTICO AUTORITÁRIO

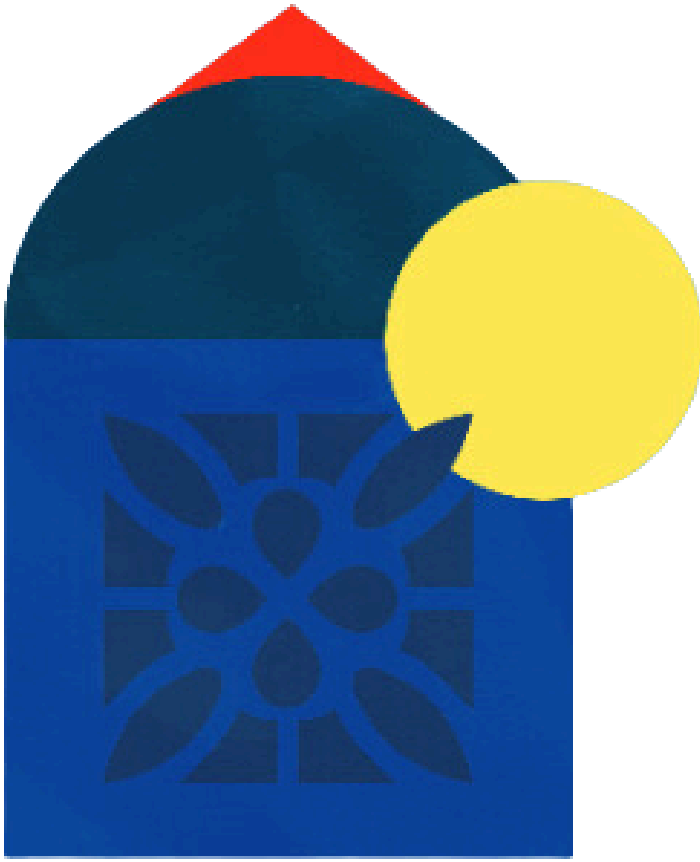
RAYLANE ANDREZA DIAS NAVARRO BARRETO
VIVIANE DE BONA

(ORGS.)

COLEÇÃO GEPI FHRI | PRO

COLEÇÃO GEPI FHRI | PRO

MULHERES, EDUCAÇÃO E REGIME POLÍTICO AUTORITÁRIO



SÉRIE: COLEÇÃO GEPIFHRI - PRO

MULHERES, EDUCAÇÃO E REGIME POLÍTICO AUTORITÁRIO

RAYLANE ANDREZA DIAS NAVARRO BARRETO
VIVIANE DE BONA

(ORGS.)

Coordenação: Raylane Andreza Dias Navarro Barreto - UFPE

Comissão editorial:
André Gustavo Ferreira da Silva , Arnaldo Martins Szlachta Júnior, Catarina Carneiro Gonçalves, Paulo Julião da Silva, Maria da Conceição Silva Lima, Raphael Guazzelli Valerio, Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, Viviane de Bona.

Revisão: Ariel Nery

Capa: Rodrigo Victor

Projeto gráfico: Rodrigo Victor

Diagramação: Tássio Melo

Catalogação na fonte:

Bibliotecária: Eliane de Freitas Leite

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mulheres, educação e regime político autoritário [livro eletrônico] / organização Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, Viviane de Bona.
-- Recife, PE : Ed. dos Autores, 2024.
-- (Coleção GEPIFHRI ; 1)
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-01-28078-3

1. Autoritarismo 2. Educação 3. Mulheres - Aspectos sociais 4. Política 5. Resistência I. Barreto, Raylane Andreza Dias Navarro. II. Bona, Viviane de. III. Série.

24-245801 CDD-305.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Mulheres : Aspectos sociais : Sociologia 305.42

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

APRESENTAÇÃO DA "COLEÇÃO GEPIFHRI"

O Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinar em Formação Humana, Representações e Identidades - GEPIFHRI tem o prazer de lançar, mais um livro da sua coleção, que passou a ter uma nova série: a "Coleção Gepifhri Pro." A ideia longe de ser um projeto que vise qualquer tipo de lucro ou ganhos monetários, tem o nobre objetivo acadêmico de publicar os trabalhos dos alunos da graduação e pós-graduação que tiveram destaque em seus trabalhos, frutos de suas pesquisas ou disciplinas que cursaram. Não é raro professores se depararem com trabalhos autorais, muito bons e que merecem ser divulgados.

A proposta que nos motiva é, justamente, a de que muitas vezes os alunos cumprem muito bem aquilo que foi solicitado em sala de aula e que, por falta de incentivo, informação ou mesmo de espaço apropriado, não procede com a publicação. Com foco nos pesquisadores em formação é que nasceu a Coleção GEPIFHRI.

O que nós, membros do grupo, pretendemos é criar um espaço qualificado, seguindo as orientações e normas editorais e acadêmicas para que nossos alunos e alunas possam escoar suas produções e que se sintam, com ele, também estimulados a fazer parte do projeto que não tem outro desígnio a não ser fazer valer a pena a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Por certo o projeto modesto, que nasceu com muitas expectativas de constar como uma ação frutífera, com ganho de causa para a UFPE que privilegia desde cedo a pesquisa e a sua divulgação, cresceu e hoje ganha a série "Coleção Gepifhri Pro" que nasce da necessidade de publicizar textos de alunos e professores advindos de projetos de pesquisa, ensino e extensão, fruto de parcerias (inter)institucionais.

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto
Maria da Conceição Silva Lima

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO • 10
Raylane Andreza Dias Navarro Barreto
Viviane de Bona

SOBRE A HISTÓRIA DAS MULHERES • 16
Tayanne Adrian Santana Morais da Silva

MULHERES E EDUCAÇÃO • 25
Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

AS MULHERES E A POLÍTICA • 36
Ana Carolina Braga de Sousa

AS MULHERES E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM EXEMPLO DE APAGAMENTO HISTÓRICO • 46
Alessandra Maria dos Santos

AS MULHERES NA POLÍTICA EM PERNAMBUCO (1947-2022) • 56
Gabriela Ribeiro Vasconcelos de Oliveira
Gabrielly Cavalcanti de Lima

MULHERES DE DIREITA NA DITADURA CÍVIL-MILITAR BRASILEIRA • 66
Édla Kerollayne Tavares da Silva

MULHERES E ARTE COMO PERFORMANCE DE ENFRENTAMENTO • 74
Graciele Maria Coelho de Andrade Gomes

MULHERES E AÇÕES AFIRMATIVAS • 83
Raab Albuquerque

MULHERES SUBVERSIVAS: A RESISTÊNCIA FEMININA NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA • 101
Raquel Barreto Querino da Silva

DESAFIANDO O AUTORITARISMO: O LEGADO DE LUTA DA MULHER MILITANTE • 111
Hemilly Suenny da Silva
Maria Eduarda Gomes Belo da Silva

OS FEMINISMOS E SUAS PAUTAS NO BRASIL • 121
Izabela Cristina de Melo Santos

SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DAS MULHERES NOS CENSOS • 129
Giselle Maria Carvalho da Silva Lima

OLHARES DE MENINAS SOBRE O SER MULHER • 139
Viviane de Bona
Danyelle Almeida de Andrade

PINTORAS E SUAS OBRAS • 149

EXPOSIÇÃO VIRTUAL • 154

FICHA TÉCNICA • 155

Vermelha, branca, preta, amarela, colorida. Assim são as pessoas, assim são as mulheres. Popular, erudita, tradicional, moderna, fora da caixa. Assim são as pessoas, assim são as mulheres. Pobre, rica, classe média, sem renda. Assim são as pessoas, assim são as mulheres. Recatada e do lar, do mundo, fora dos padrões. Assim são as pessoas, assim são as mulheres. Santa, bruxa, bruta, meiga. Assim são as pessoas. Assim são as mulheres. De direita, de esquerda, de centro, engajada socialmente, apolítica. Assim são as pessoas, assim são as mulheres. Heterossexual, lésbica, bissexual, transexual, queer, intersexo, assexual. Assim são as pessoas, assim são as mulheres. Cisgênero, não binárie. Assim são as pessoas, assim são as mulheres.

As tentativas de enquadramento das pessoas têm uma história não necessariamente narrada por elas, mas que as tocam de alguma forma, de modo que o pertencimento a um quadrante ainda se revela elemento de identidade.

Não sem razão às mulheres foram, e são, atribuídos muitos adjetivos. Bons ou maus, eles fazem parte de suas histórias. Histórias estas fincadas em tradições inventadas e adubadas com a clara e nítida intenção de fazer da sua diferença, algo menor. Ora pecaminoso, ora inferior, ora frágil, ora passível de supervisão, ora carente, ora favorecido, o ser mulher — não aquele imputado pelo sexo biológico, há que se ressaltar — tem sua constituição atrelada ao aspecto social e às instituições que, antes de respeitá-las ou defendê-las, as enquadrou.

Se na pré-história as vemos, por meio das pinturas rupestres, como partícipe da vida, tal qual o homem, na idade antiga percebemos rastros de sua história empoderada a partir de registros escassos que revelam personagens como Cleópatra (69 AP – 30 AP) e Hipátia (370-415). Na idade média, entretanto, dominada pela religião católica e por todos os mitos construídos, a exemplo de Adão e Eva, vemos a figura da mulher ganhar contornos religiosos que as estigmatizam, distantes de entender e respeitar suas singularidades. Eram mulheres santas, putas, loucas, bruxas, sobreviventes e guerreiras, logo necessitadas do transcendente.

Na Renascença, a ciência, por sua vez, ao descobrir a composição do corpo humano e detectar suas especificidades, determinou a fragilidade da mulher. Seu corpo não era apenas diferente, como já anunciavam aqueles que diziam ser a mulher: um homem não desenvolvido. Era, por sua composição (ovários, trompas e útero que as faziam menstruar e engravidar) frágil, isto é, passível de cuidados. Cuidados estes não relacionados ao romantismo, mas ao zelo para que elas, uma vez no cio, não se masturbassem ou mesmo se entregassem deliberadamente aos homens e, assim, afrontassem a religião, a qual ditava as regras societais e determinava a sua fragilidade também moral.

Entre ser considerada "sexo frágil" e revelar-se apta ao espaço público, muitas páginas de uma história recheada de drama, terror, assassinatos, comédia, suspense e romances foram escritas. E foi por meio de uma pequena mostra expográfica, realizada com muito carinho e compromisso com a história das mulheres, que algumas de nós refletiram sobre essas páginas em um recorte muito específico.

Nela, encontramos versões feitas por pesquisadoras em formação vinculadas ou simpatizantes do projeto A relação mulheres – educação e regime político autoritário no Nordeste do Brasil (1964-1978) que buscaram informar, no menor espaço possível, nomes e eventos esquecidos e/ou silenciados da nossa História. Focadas nas mulheres, as mulheres que escreveram seus verbetes fazem parte de uma geração que, longe de reproduzir histórias androcêntricas, busca desvelar personagens de nossa história que tiveram, tem e terão na política um espaço de enunciação.

Assim, a exposição apresentou sínteses temáticas que informam sobre a relação mulher, educação e política, em distintos contextos, mas priorizando o regime político autoritário brasileiro — conhecido e reconhecido por sua ditadura civil militar que, em Pernambuco, levou à prisão cerca de 220 mulheres, cujos nomes compuseram uma instalação na mostra, que foi dividida em dois núcleos: um textual e outro artístico.

Organizamos este volume a partir de verbetes que integraram o núcleo textual, cuja seleção das temáticas que abordam teve como proposta evidenciar a existência e resistência de mulheres que, mesmo silenciadas, inferiorizadas, perseguidas, estigmatizadas, afrontadas, desrespeitadas em seus direitos, presas, violentadas ou mesmo mortas, "movimentaram a História" e, junto a outras, foram responsáveis por uma série de ações de combate às estruturas patriarcais, machistas, misóginas e a grupos que ainda hoje teimam em subjugar as mulheres.

Há que se ressaltar que o último verbete apresentado relata como algumas das obras de arte que integraram o núcleo artístico da exposição foram produzidas por meninas de 7 a 12 anos a partir de suas representações sobre a temática da exposição. As pintoras e suas obras são apresentadas e o resultado, além de sua beleza, revela uma geração sensível, que nos dá esperança de que "dias mulheres virão".

Por fim, há que se ressaltar também que a percepção sobre a mulher variou, e varia, dentre outros elementos, de acordo com a cor da pele, a classe social, a naturalidade, a identidade sexual, a ideologia, no entanto o que aqui as une é a sua relação com a política.

Raylane Navarro Barreto
Professora da UFPE
Membro do GEPIFHRI

Viviane de Bona
Professora da UFPE
Membro do GEPIFHRI

SOBRE A HISTÓRIA DAS MULHERES

Tayanne Adrian Santana Morais da Silva
Doutoranda em Educação PPGE/UFPE/GEPIFHRI

Uma mulher, do latim muliere, pode ser entendida como um ser humano adulto do gênero feminino, pertencente à espécie Homo sapiens. Mas o que faz dela um ser especial? Durante muito tempo, suas maiores qualidades versavam em ser bonita, maternal e abnegada. Com o passar dos rumos humanos, ser independente, aguerrida e batalhadora passaram a ser reconhecidos no universo de seus atributos.

Contudo, quando tratamos de mulheres, outros adjetivos podem ser somados a esses, fazendo com que, ao substantivo mulher, estejam associadas várias outras designações que buscam definir o seu lugar no mundo. Na busca por compreender o porquê e como diversos desses papéis foram atribuídos às mulheres ao longo do tempo, historiadores, em especial historiadoras, têm se empenhado em contribuir com o campo que, convencionalmente, se denomina História das mulheres, com o objetivo de tirar o indivíduo "mulher" da invisibilidade a que tantos séculos lhe foi imposta.

Ora consideradas figuras maléficas, filhas de Eva, a “origem do mal e da infelicidade”, ora vistas como filhas da Virgem Maria, “potências civilizadoras” ou detentoras dos “destinos do gênero humano” (Perrot, 1988), as investigações sobre suas histórias vêm possibilitando enxergar espaços de autonomia feminina depois de séculos de uma história oficial — feita por homens e para homens — que desconsiderou suas formas de protagonismo em tempos distintos. Protagonismo este que hoje se traduz nos direitos por elas conquistados.

O percurso por direitos iguais aos dos homens nos planos político, trabalhista, jurídico e civil foi árduo, mas essa história não se resume apenas à opressão a que éramos e ainda somos submetidas, mas diz respeito, também, às nossas lutas para fazer ruir as redomas que nos impuseram.

Ainda que diante de uma sociedade erigida por sistemas de valores masculinos, nós franqueamos espaços para o feminino, resistindo pela simetria de direitos antes mesmo dos homens exigirem, para si, liberdade, igualdade e fraternidade.

Ocupando lugares eminentemente masculinos, valendo-se da escrita, disputando lugares na ciência, assinando acordos de paz ou liderando exércitos, muitas foram aquelas que se fizeram "resistir, existir, construir seus poderes" (Perrot, 2007, p. 166). Houve aquelas que ousaram denunciar as injustiças perpetuadas pelos homens contra as mulheres, mas não só isso. Foram mulheres e (re)existiram como tais.

Contudo, foi a partir dos setecentos, sob os auspícios do Século das Luzes — devido à ascensão do pensamento iluminista — que os debates e os discursos em torno dos direitos das mulheres se avolumaram.

Nomes como o da francesa Olympe de Gouges (1748-1793) e de Mary Wollstonecraft (1759-1797) do Reino Unido, no século XVIII, denunciaram as opressões e privações impostas às mulheres e reivindicaram igualdade em relação à propriedade privada, às atividades políticas e à educação.

Suas vozes se amplificaram e, em 1893, em uma colônia do sul da Austrália, que hoje é a Nova Zelândia, pela primeira vez na história foi instituído, sob a pressão de militantes lideradas pela inglesa Kate Sheppard (1847-1934), o sufrágio feminino, espalhando-se por outros países ao longo do século XX, incluindo o Brasil.

Greves foram postas em curso nos Estados Unidos, protestos foram organizados na Rússia, escolas para mulheres foram criadas no Japão e partidos femininos foram fundados no Brasil, em uma clara polifonia de vozes femininas que se faziam ouvir.

No século XX, a primeira pílula anticoncepcional via oral, criada nos Estados Unidos, tornava-se um marco dos direitos reprodutivos das mulheres. Conferências e convenções foram realizadas — a exemplo da I Conferência Mundial sobre a Mulher, empreendida no México, em 1975, e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, feita no Brasil, em 1994 — e delegacias especializadas foram criadas — a Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher (DEAM), erigida em 1985, no Estado de São Paulo, se tornou exemplar nesse sentido —, resultando, anos mais tarde, em leis específicas em benefício das mulheres, tal qual a Lei Maria da Penha, em 2006, e a Lei do Feminicídio, em 2015, ambas no Brasil.

O percurso foi árduo, como já dissemos, e certamente ainda há muito a percorrer. Os salários ainda não são igualitários no exercício de mesma função, as mudanças climáticas nos atingem com maior força, a sexualidade feminina é tabu e os nossos corpos são vigiados, maculados e controlados.

Algumas sequer são consideradas mulheres, tudo porque não possuem o útero, que um dia foi considerado a versão imperfeita do órgão masculino. Mas nossas histórias continuam sendo escritas, isto porque movimentamos a História.

E são justamente as páginas dessa história que permitem o reconhecimento daquelas que lutaram e resistiram antes de nós. De Nísia Floresta (1810-1885) à Bertha Lutz (1894-1976). De Dandara dos Palmares (1654-1694) à Anielle Franco (1984). De Catarina Paraguassu (1503-1583) à Sônia Guajajara (1974). De Xica Manicongo (séc. XVI) à Érika Hilton (1992).

São essas outras narrativas que nos permite desejar e lutar por novas auroras, que aqueçam e façam florescer o pé de onde brotou muitas Marias — da Penha (1945), Quitéria (1792-1853) ou Tomásia (1826-1902) — e do qual muitas Margaridas – assim como Mirtes (1987), Marielles (1979-2018) e Brendas (1948-1996) — hão de nascer.

REFERÊNCIAS

DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Tayanne Adrian Santana Morais da. Forjadas na arte da resistência: um estudo sobre a formação de Maria Oyá, Mãe Biu e Madrinha Tila da Nação Xambá (1927-1978). 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2022.

MULHERES E EDUCAÇÃO

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto
Professora da UFPE/GEPIFHRI

No Brasil, a história do acesso das mulheres à educação escolar não data da chegada dos jesuítas, como poderia se entender, uma vez que foram eles os responsáveis pela educação de todas as colônias portuguesas entre 1549 e 1759.

Nesta época a educação pensada pela Igreja Católica — pelos jesuítas em suas missões nos colégios, irmandades ou universidades quando existiam — tinha por alvo os homens e, quando pensada para as mulheres, primava pelo viés religioso e pela moral, não necessariamente era formativa.

A mulher, então, carregava em seu corpo e em sua mente não somente os resquícios do chamado pecado original, mas, principalmente, o fato de que com ele poderia contaminar a todos, indistintamente. Por isso, a obrigação em purgar seus pecados e não deixá-la livre, correndo o risco de que ela seduzisse e, tal qual Eva, enviasse mais uma vez os "Adões" ao inferno.

Durante este tempo, a principal preocupação com a educação das mulheres era dotá-las de conhecimentos sobre a verdade católica e tudo o que ela prescrevia como forma de amenizar os pecados.

Em virtude da sua utilidade na procriação, também era intenção da Igreja Católica prepará-las o mais virtuosamente possível para atender às ordens maritais e às necessidades filiais.

Não sem razão, a educação da mulher restringia-se a como ser uma esposa e mãe piedosa.

Para tanto, deveria começar a constituir-se uma boa filha, o que requeria, independentemente da classe econômica, aprender a cuidar da casa, a receber ordens, a discernir o que lhe convém, entre outros elementos que a colocaram em último plano na hierarquia dos sujeitos sociais, logo históricos.

Tal situação começou a ser repensada quando, em 1759, o primeiro-ministro de Portugal, Marquês de Pombal (1699-1782), expulsou os jesuítas de Portugal e de suas colônias e encabeçou uma reforma ampla, incluindo educação.

Entretanto, também a partir das demandas masculinas para as “filhas de Eva”, baseou sua concepção de educação feminina nas ideias do enciclopedista Antônio Ribeiro Sanches (1699-1783), para quem as mulheres, principalmente da nobreza, precisariam estar preparadas para conversar com seus maridos, administrar o lar e ensinar os filhos, então, para isso, os conventos eram os melhores lugares para forjá-las.

Com a independência do Brasil, em 1822, e a primeira Constituição brasileira que dela decorre, datada de 1824, percebemos que, embora outorgada, segundo essa constituição o ensino primário deveria ser gratuito e para todos, não só para os meninos e os homens, mas para todas as pessoas.

Com uma visão mais moderna da escola e a partir de demandas de mulheres que queriam estudar, os senadores do império criaram o que veio a ser a Lei Geral da Educação, em 1827.

As discussões em torno do texto final da lei revelam elementos muito importantes para pensar as dualidades que forjam o Brasil desde então.

Nela, temos em disputa senadores, como Visconde de Cairú (1756-1835), da Bahia, e o Marquês de Santo Amaro (1767-1832), do Rio de Janeiro, que defendia a educação irrestrita às mulheres.

Quando a lei foi instituída, ficou claro quem ganhou o impasse: aqueles representados pelo Visconde de Cairú, o qual defendia que as mulheres não deveriam estudar tanto nem tudo, porque não lhes convinha.

O fato é que, embora limitadora, essa lei acabou sendo também um divisor de águas na educação brasileira, em especial das mulheres.

Entretanto, quando chegamos no currículo, percebemos mais uma vez que a educação, de fato, oferecida a elas restringia-se às prendas domésticas e noções básicas de línguas e matemática, mas nada que as preparasse para qualquer tipo de administração ou erudição.

O foco mais uma vez era ensinar aquilo que necessitariam para educar os filhos, administrar a casa ou ter determinadas conversas no seio das suas redes de sociabilidade.

A década de 1870 representou uma mudança significativa na história das mentalidades do Brasil.

Isto porque uma série de ideias cientificistas, espiritualistas e positivistas envolvendo política, religião, direito e educação chegaram ao Brasil, concorrendo para formas de se alçar o progresso do país, o que recaiu na formação de mulheres.

Foi nesse contexto que fora permitida a entrada de mulheres nas faculdades do país a partir da Reforma educacional comandada por Leôncio de Carvalho (Decreto nº 7.247/1879), resultado, sobretudo, de muita insistência não só de mulheres que queriam fazer medicina e adentrar outros campos do conhecimento, mas também de alguns homens congressistas que ousaram ir de encontro a uma "tradição inventada" acerca da inferioridade feminina.

Nessa época, inclusive, as discussões em torno do tamanho do cérebro, da capacidade intelectual e dos direitos da mulher foram muito afloradas e postas em xeque.

O Brasil chegou em 1889, ano da Proclamação da República e, com ela, trouxe uma série de mudanças que podem ser resumidas à necessidade de modernizar o país e adentrar no mercado internacional.

Então, para isso, ele precisaria urbanizar-se, industrializar-se e, sobretudo, separar-se da Igreja. O que fora decisivo para a educação feminina, porque a partir de então essas amarras que impactavam, sobretudo, na concepção de mulher, de escola e no currículo da educação feminina no que diz respeito à moralidade e às questões sexuais foram sendo questionadas.

Questionadas também foram suas manifestações e capacidades políticas, ao que elas responderam se organizando e criando, por exemplo, as Ligas Estaduais pelo Progresso Feminino, que culminou, em 1922, na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Tal federação correspondeu a uma instituição e a institucionalização de desejos e de ações, mas também de um elemento fundante para a defesa dos direitos femininos: a priorização das mulheres menos abastadas a partir da educação e formação.

Assim como a Federação, a Lei eleitoral de 1932 e as Leis de diretrizes e bases da educação nacional também foram marcos importantes na história das mulheres. Afinal, desde 1990, tanto no grau elementar quanto no grau superior, as mulheres são maioria absoluta na educação.

Segundo o censo escolar de 2019, nas 180 mil escolas no país são atendidos cerca de 48 milhões de estudantes, dos quais 25 milhões são meninas. Esse mesmo censo registra que o sexo feminino representa 57% das matrículas no ensino superior e 54% na pós-graduação.

Tais dados, ainda que alvissareiros, resultam de uma lenta caminhada, é verdade, mas nos permitem esperançar de que essa guinada educacional também ocorra no campo político. Isto porque segundo os dados do TSE Mulheres de 2022, o Brasil teve, nas últimas eleições, cerca de 52% do eleitorado constituído por mulheres e 33% das candidaturas foram de mulheres, mas apenas 15% destas foram eleitas.

O que isso quer dizer? Quer dizer que precisamos de mais Janetes, Elietes, Marcias Angelas, Aídas, Lícias, Conceições, Kátias, Zélias... na política, assim como as temos na educação, para ocuparmos o espaço que támbem é nosso e com o qual podemos contribuir!

REFERÊNCIAS

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. A educação das mulheres no Brasil: Sobre o capítulo dos acessos à escolarização. In: GAZOLA, Kênia; FARIA FILHO, Luciano Mendes.; BAHIENSE, Priscilla; SILVA, Rayrlaine; MARQUES, Sander (Org.). Educação e Nação no Bicentenário da Independência. 1 ed. Belo Horizonte: FAE-UFMG, 2022.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; SILVA, Alberto Inácio da. Sobre o costume, as tradições inventadas e a escolarização das mulheres no Brasil. Revista Educação em Questão, Rio Grande do Norte, v. 60, n. 65, p. 1-26, jul./set. 2022.

BRASIL. Justiça Eleitoral. TSE Mulheres. Acesso em: 5 abr. 2023.

AS MULHERES E A POLÍTICA

Ana Carolina Braga de Sousa
Doutora em Educação – UECE
Pós doutoranda – PPGE/UFPE

A definição ou status de mulher advém da condição que perpassa a concepção biológica, orientação sexual ou vivência social, o universo do ser, ou tornar-se, como defendeu Simone Beauvoir (1908-1986), e que se forma na maioria das sociedades ocidentais sob e apesar de uma organização patriarcal de poder simbólico e prático.

Política, por sua vez, é um termo que se origina do grego politikós, e, segundo Hanna Arendt (1906-1975), refere-se à forma de organização do convívio humano na pólis, nome das cidades gregas na Antiguidade clássica.

Em uma perspectiva contemporânea, é conceituada por Eneida Oto Shiroma como sendo atividade ou conjunto de atividades que são imputadas ao estado moderno capitalista, ou que dele emanar. Já o estado é compreendido como produto da razão e ambiência social, "sendo as políticas constituídas por correlações de forças, e mediatizadas pelas lutas, pressões e conflitos" (SHIROMA, 2002, p. 8-9).

A inserção e o protagonismo das mulheres nas esferas públicas e políticas são frutos de inúmeros embates e conquistas ao longo do tempo nas mais diversas sociedades, que apontam avanços e retrocessos a partir das lutas políticas de enfrentamento ao universo masculino.

Este que busca inferiorizar ou silenciar mulheres submetendo-as aos espaços privados e domésticos, em detrimento da vida pública, profissional e política, para isso, valem-se da coerção, de violências e do feminicídio.

Hoje, no entanto, depois de muitas táticas de sobrevivência e direitos conquistados, já conseguimos conhecer e mesmo evidenciar histórias, insurgências, resistências e lutas empreendidas, das que quebraram paradigmas, produziram levantes, atos revolucionários ou se inseriram persistentemente nos espaços de poder através do trabalho, da instrução e da participação política, entre outras dimensões de atuação.

Rainhas, guerreiras, escritoras, cientistas, operárias, camponesas, trabalhadoras domésticas, abolicionistas, sufragistas têm representado as lutas femininas que recaem não apenas na conquista de direitos, como o acesso ao voto, mas também em visibilidade histórica.

Hoje, conhecemos, embora ainda muito se tenha a investigar, personagens femininas que, a partir da política, fizeram o antes "sexo frágil" levar adiante as pautas femininas com ganho de causa para toda a sociedade.

Para saber da importância da participação da mulher na política, basta que atentemos para o que reconhecemos atualmente como direito ao voto, ao corpo, a educação infantil, as creches, ao trabalho feminino remunerado, dentre outros direitos.

Esta história de lutas envolvendo gêneros, mas sobretudo conquistas das mulheres, remonta a personagens femininas que, de forma pioneira, apresentaram a condição feminina em seus lugares de enunciação.

Como exemplo, temos nos séculos XIX e XX, no âmbito da sociedade socialista russa, os nomes e representação militante de Alexandra Kolontai 1872-1952, Rosa Luxemburgo (1871-1919) e Clara Zetkin (1857-1933), além de Nadedja Krupskaya (1869-1939), que construíram a emancipação feminina através da ação militante e da defesa de uma educação pública que tivesse como objetivo libertar as mulheres das amarras do trabalho doméstico.

Muitas anônimas da história também quebraram paradigmas de seu tempo, realizando diversos feitos em meio aos movimentos sociais, que se organizaram no século XVIII, como o movimento sufragista, em que seus corpos e suas vozes fizeram a diferença. Temos que reconhecer.

Por certo, também o direito de participação política e partidária se deu, e ainda se dá, de forma lenta e desigual, de acordo com raça, classe e, sobretudo, gênero. Afinal, somente em 1992 tivemos a primeira mulher transexual com mandato político, Kátia Tapety (1949-), em Colônia, no estado do Piauí para o cargo de vereadora.

A participação política só é possível devido à luta de mulheres, como a da norte rio-grandense Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), pseudônimo de Dionísia Pinto Lisboa, uma das primeiras propagadoras do feminismo e tradutora de manifestos feministas em terras brasileiras; e Maria Lacerda de Moura (1887-1945), mineira, anarquista, que criticava o autoritarismo e a opressão masculina.

Participação política esta que, segundo o portal TSE Mulheres, se deu efetivamente em 1927, a partir da primeira votante, a professora Celina Guimarães (1890-1972), em Natal, Rio Grande do Norte, antes mesmo do código eleitoral nacional que promulgou o voto geral feminino, em 1932.

Código que ganhou tônus ao possibilitar mulheres como a baiana Laélia Alcântara (1923-2005) a ser a primeira senadora negra do país em 1981; a cearense Maria Luiza Fontenele (1942-) a eleger-se a primeira mulher prefeita de uma capital de estado, em 1985; e Joênia Wapichana (1972-), do estado de Roraima, a ser a primeira deputada federal indígena, em 2019.

Assim como estes, vários outros exemplos de mulheres na política podem ser evocados, levando-nos aos vários desafios do ser mulher e política no Brasil, como é o caso de Marielle Franco, deputada estadual negra, lésbica, mãe periférica, natural do Rio de Janeiro, que fora assassinada por alargar tais reivindicações, lutando por equidade.

Citamos por fim, Dilma Roussef (1947-), ex-presa política na ditadura militar e primeira mulher eleita presidenta do Brasil, em 2010, tendo sido golpeada com o impeachment, em 2016.

De modo que a participação de mulheres na política oportuniza sermos protagonistas das decisões que afetam nossos corpos, vidas e sociedade, embora, ainda, com preços impagáveis.

Entretanto, o enfrentamento com ganho de causa para as mulheres é atestado pelos números do IBGE, que revelam que, no século XXI, o Brasil vivencia a ampliação do acesso e da ocupação de cargos de chefia e de parlamentares, demonstrando a árdua conquista de espaços, mesmo diante de sobrecargas das tarefas múltiplas a estas atribuídas, como o doméstico, e cuidados com crianças e idosos.

Isso nos leva a sempre a estar a postos, afinal, como nos alerta Beauvoir em seu livro "O segundo sexo: fatos e mitos": basta uma crise para que tenhamos nossos direitos questionados. Há um percurso largo para a equidade social e política de gênero. Avancemos!

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia, 1949.

IBGE, Biblioteca. Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. In: Estudos e Pesquisas • Informação Demográfica e Socioeconômica, 2 ed, n. 38

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Cecília M. de; EVANGELISTA, Olinda. Política educacional. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

AS MULHERES E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM EXEMPLO DE APAGAMENTO HISTÓRICO

Alessandra Maria dos Santos
Doutoranda em Educação PPGE/UFPE/GEPIFHRI

Os movimentos sociais, enquanto força motriz de mudanças no âmbito social, conseguiram congregar sujeitos com causas e identidades comuns em ações coletivas que resultaram na garantia de direitos, na destituição de poderes impostos e no reconhecimento da igualdade humana entre os indivíduos.

Contudo, nos movimentos de independências nacionais, nas lutas pelo fim da escravização e nos embates pela ampliação de direitos sociais, os panegíricos são creditados aos homens.

Às mulheres que participaram, lutaram e até morreram em defesa de causas coletivas restaram-lhes o esquecimento; não tiveram seus nomes e atos inventariados, submetendo-as, desse modo, ao apagamento histórico.

A despeito da invisibilidade, as mulheres se fizeram presentes e, hoje, a História se vê obrigada a reconhecê-las enquanto sujeitas que a movimentaram.

Exemplo disso é o envolvimento feminino em prol da educação no Brasil, sobretudo, a popular. Do acesso à escola, autorizada pela Lei Geral do Ensino a partir de 1827, as mulheres conquistaram o direito de ingressarem nas faculdades, a partir de 1879 com a Reforma Leôncio de Carvalho.

Pela admissão no ensino superior, elas obtiveram formação intelectual, profissional, e política, esta advinda, em muitos casos, do envolvimento com as causas estudantis e populares.

Foi por isso que, para além do movimento estudantil, criado em 1937, também lutaram pela educação popular na década de 1960, que, dentre outros elementos, proporcionou a valorização da identidade nacional, da economia e da política, com ampla participação da população nas eleições, haja vista a elevação de eleitores alfabetizados.

Esta situação que teve altos e baixos até que o golpe militar de 1964 impôs o encerramento dessas ações coletivas e, mais uma vez, o apagamento histórico tentou encobrir seus nomes e ações.

Os movimentos educacionais populares, originados no início da década de 1960, foram breves, mas os resultados exponenciais na educação brasileira. Cabe, inclusive, destacar as marcas das multiplicidades femininas.

Do Movimento de Cultura Popular (MCP), fundado, em 1960, em Recife, e expandido, posteriormente, ao estado de Pernambuco, evidenciam-se as participações de mulheres como: Silke Weber (1938-), Ângela Coelho Vieira (1938-) e Ione Campos Cirillo (1941-) que atuaram nas praças de cultura; Anita Paes Barreto (1907-2003), Norma Porto Carreiro Coelho (1931-1992), Josina Maria Albuquerque Lopes de Godoy (1929-), Iêda Brayner (1938-) e Yara Brayner (1941-2005), que agiram na área educacional; Liana Maria Lafayette Aureliano da Silva (1942-) e Moema Cavalcanti (1942-) que trabalharam na produção e atuação teatral.

O Movimento de Educação de Base (MEB) originado, em 1961, pela parceria do governo federal e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), embora tivesse vinculação institucional, adquiriu características de mobilização social ao congregar demandas pelos direitos dos trabalhadores rurais e intensa participação popular, especialmente de mulheres.

Sendo alunas, monitoras, professoras, coordenadoras ou supervisoras, elas colaboraram com a expansão da educação popular. Foram elas: Maria Lúcia Cavalcanti Moreira (1934-), Josefa Cristina Ferreira (1947-), Raimunda Teixeira Coelho (1942-), Felícia Moraes Soares (1941-?) atuantes no MEB de Pernambuco e Maria Alice Brandão (1936-?) no MEB de Goiás.

Além desses movimentos, houve a Campanha de Educação Popular da Paraíba (Ceplar) criada, em 1962, em João Pessoa e ampliada à cidade de Campina Grande, no Agreste paraibano, com objetivos semelhantes aos demais movimentos.

Nele, atuaram mulheres como Maria das Dores Paiva Oliveira Porto (1938-), mais conhecida como Dorinha Porto, Iveline Lucena da Costa Lage (1939-2012) e Lígia das Mercês Macedo de Ojeda (1938-) desempenharam atividades na Ceplar de João Pessoa; Maria Salete van der Poel (1936-) e Iza Guerra Labelle (1938-?) que operaram em Campina Grande. Desde a organização até a execução das ações elas se envolveram.

Não foi apenas em Pernambuco e na Paraíba que as mobilizações de educação popular tiveram a presença feminina.

Do mesmo modo na Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, criada em Natal, em 1961, ficaram conhecidos os trabalhos de Mailde Ferreira Pinto Galvão (1925-2013), Margarida de Jesus Cortez (1930-?) e Maria Laly Carneiro Meignan (1937-2016).

E, na experiência de alfabetização célere, em Angicos, Sertão do Rio Grande do Norte, na qual pelo método do educador Paulo Freire, quando adultos foram alfabetizados no período de quarenta horas, elas também estiveram presentes, contribuindo desde a sistematização até a execução dessas ações.

Os nomes de tais mulheres participantes das mobilizações se interpõem ao silenciamento e apagamento das ações femininas nos movimentos sociais. Embora tais designações sejam apenas uma pequena mostra das mulheres envolvidas, é necessário desvelar que as lutas femininas tiveram e têm voz e corpo.

Quando elas se insurgem por direitos à terra, à igualdade salarial, à participação política, à educação e à saúde, e, pelo seu reconhecimento no Judiciário ou no campo científico, ou ainda no combate às violências e na defesa das causas étnicas e raciais, toda a sociedade ganha. A democracia ganha. Por isso continuar sem enxergá-las não é justo.

Do mesmo modo na Campanha "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler", criada em Natal, em 1961, ficaram conhecidos os trabalhos de Mailde Ferreira Pinto Galvão (1925-2013), Margarida de Jesus Cortez (1930-?) e Maria Laly Carneiro Meignan (1937-2016).

E, na experiência de alfabetização célere, em Angicos, Sertão do Rio Grande do Norte, na qual pelo método do educador Paulo Freire, quando adultos foram alfabetizados no período de quarenta horas, elas também estiveram presentes, contribuindo desde a sistematização até a execução dessas ações.

Os nomes de tais mulheres participantes das mobilizações se interpõem ao silenciamento e apagamento das ações femininas nos movimentos sociais. Embora tais designações sejam apenas uma pequena mostra das mulheres envolvidas, é necessário desvelar que as lutas femininas tiveram e têm voz e corpo.

Quando elas se insurgem por direitos à terra, à igualdade salarial, à participação política, à educação e à saúde, e, pelo seu reconhecimento no Judiciário ou no campo científico, ou ainda no combate às violências e na defesa das causas étnicas e raciais, toda a sociedade ganha. A democracia ganha. Por isso continuar sem enxergá-las não é justo.

REFERÊNCIAS

GÓES, Moacyr de. De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964): uma escola democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

LYRA, Carlos. As quarenta horas de Angicos: uma experiência de educação. São Paulo: Cortez, 1996.

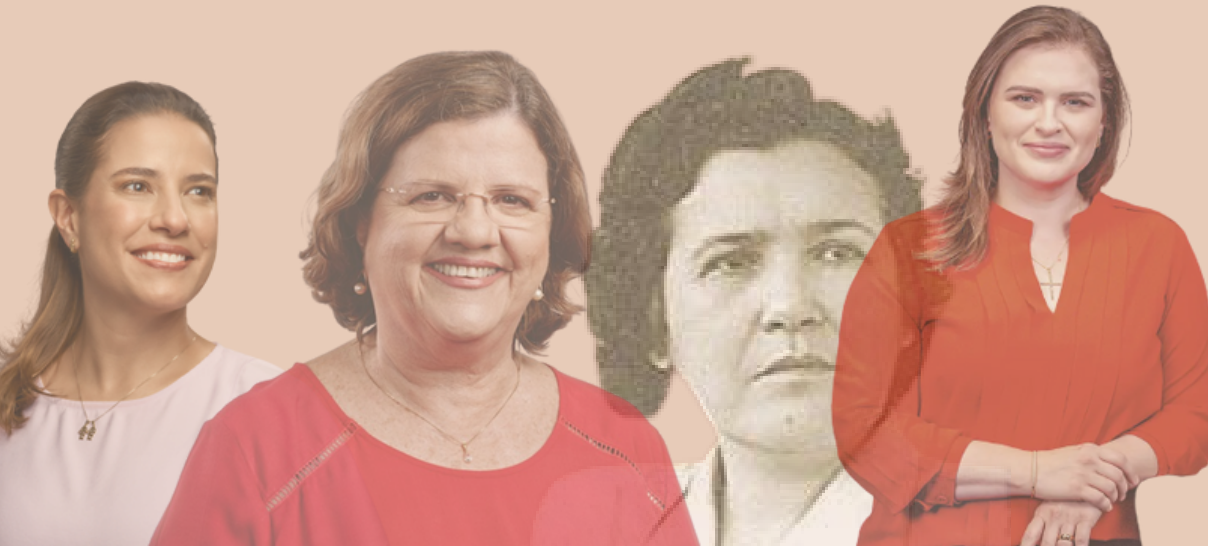
PORTO, Maria das Dores Paiva de Oliveira; LAGE, Iveline Lucena da Costa. CEPLAR, história de um sonho coletivo: uma experiência de educação popular na Paraíba destruída pelo golpe de estado de 196. João Pessoa: Departamento de Produção Gráfica da Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1995.

SANTOS, Alessandra Maria dos. Por uma história das mulheres no Brasil: formação e atuação de mulheres nos movimentos de educação popular no Nordeste do Brasil, nos idos da década de 1960. Tese em construção (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

AS MULHERES NA POLÍTICA EM PERNAMBUCO (1947-2022)

Gabriela Ribeiro Vasconcelos de Oliveira
Graduanda em Pedagogia/ UFPE

Gabrielly Cavalcanti de Lima
Grraduada em pedagogia/UFPE



No Brasil República, ocorreram intensas mudanças trazidas pela modernidade e pelas lutas femininas. Mulheres e seus apoiadores mobilizaram uma forte pressão sobre os políticos que resultaram na conquista dos direitos de votarem e serem votadas. Em consequência das lutas e resistências, foram criadas novas leis que asseguram sua entrada em espaços políticos, os quais até então eram destinados apenas para os homens.

O direito ao voto veio por meio do Código Eleitoral elaborado no governo do então presidente Getúlio Vargas (1882-1954), em 1932. O referido código assegurou o voto secreto, o cadastramento eleitoral a partir dos 21 anos e o voto feminino, embora, no caso das mulheres, eram apenas aquelas solteiras ou viúvas com renda e mulheres casadas com a permissão do marido; o direito irrestrito veio apenas em 1965 por meio da Lei nº 4.737.

Segundo os dados do TSE, em 1933, houve três mulheres candidatas: a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz (1892-1982), a bióloga também paulista Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976) e a professora baiana Leolinda de Figueiredo Daltro (1859-1935). Porém, Carlota Pereira foi a única e a primeira mulher a ser eleita como deputada federal da América Latina.

Apesar dos avanços significativos na política, sobretudo das legislações que incentivam a participação das mulheres nas eleições, a ocupação de mulheres em cargos eletivos continua sendo restrita. Os dados do TSE Mulheres da última eleição (2023) demonstram que as mulheres representam aproximadamente 52% do eleitorado brasileiro e apenas 15% das pessoas com mandatos. Em Pernambuco, por exemplo, percebemos que, entre os anos de 1945 (ano da primeira mulher eleita) e 2022 (última eleição), houve um aumento de mulheres candidatas e eleitas em cargos de lideranças, porém ainda longe de alcançar o número de mandatos dos homens.

Em 1945, o Estado registrou a primeira mulher a ser eleita como deputada estadual, a ativista e política canhotinhense Adalgisa Rodrigues Cavalcanti (1907-1998), filiada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Entretanto, seu mandato durou apenas cerca de um ano, visto que o Brasil passava pelo contexto do anticomunismo durante o período da Guerra Fria, por isso o registro do partido foi cancelado e todos os filiados ao partido tiveram seus mandatos cassados. Há de ressaltar que, além do baixo número de mulheres eleitas comparado ao quantitativo do gênero oposto, observamos que algumas dessas mulheres foram reeleitas, o que implica, também, na ausência de novas mulheres atuando na política. Como exemplo de deputada que permaneceu no mandato, podemos citar a professora, sindicalista e política Maria Teresa Leitão de Melo (1951), filiada ao Partido dos Trabalhadores desde 2000 e que, desde 2002 vem assumindo mandatos políticos, sendo inclusive, no ano de 2022, a primeira senadora eleita pelo estado.

No que se refere ao cargo de deputado/a federal, a eleição é feita com base no quociente eleitoral. Hoje, o Brasil tem um total de 513 deputados eleitos para representar os 26 estados que o compõem, mais o Distrito Federal. Apenas em 2022 tivemos, pela primeira vez, o maior número de mulheres eleitas (3) Deputadas Federais, sendo elas: Clarissa Tercio (1984) (PP), Maria Arraes (1994) (Solidariedade) e Iza Arruda (1987) (MDB). Histórico este que começou em 1978 com Maria Cristina de Lima Tavares Correia (1934-1992) (MDB), tornando-se a primeira pernambucana (de Garanhuns) eleita deputada federal. Esta que foi também a primeira mulher a liderar uma bancada na história do parlamento brasileiro.

Com relação às eleições municipais para o cargo de vereadores, em 2020 o percentual de mulheres eleitas vereadoras em Pernambuco não passou dos 17%, sendo, entretanto, o maior número de candidatas eleitas registrado na história das eleições, uma vez que temos 295 vereadoras no estado.

O número de vereadores, entretanto, é de 1.856 homens eleitos, que representam 86,29%. Há que se registrar que a primeira vereadora eleita no Estado de Pernambuco foi a operária e comunista de São Lourenço da Mata Júlia Santiago da Conceição (1917-1988), que assumiu o mandato em Recife no ano de 1947.

Para o cargo do executivo municipal, o estado registrou o número de 35 prefeitas eleitas em 2020, representando o maior número da história das mulheres na política em Pernambuco. História esta que tudo indica ter começado em 1968, com a eleição de Lucia Maria Batista Maranhão (Arena) para o executivo da cidade de Moreno, e que só contempla a capital por meio da vice-prefeita Isabela de Roldão (1975) (PDT), a qual assumiu a função somente na última eleição de 2020.

Por fim, para o cargo de governador, apesar de ter a experiência da engenheira Luciana Santos (1965) (PCdoB) na função de vice-governadora entre 2018 e 2022, o executivo estadual somente teve como titular da pasta uma mulher em 2023, com a eleição da advogada Raquel Lyra (1978) (PSDB), com sua vice Priscila Krauser (1978) (Cidadania), concorrendo com a também advogada Marília Arraes (1984) (Solidariedade).

Estas são algumas das mulheres que, dentre tantas outras, se destacaram na arena política e souberam, como afirma Michele Perrot (1928): lutar, existir e erguer seus poderes, permitindo que a arena pública também seja das mulheres. O baixo quantitativo de eleitas, por sua vez, evidencia quão baixo parece ser o déficit de legitimidade democrática atribuído às mulheres, o que nos faz questionar: será que podemos chamar de efetivamente democrático um Estado no qual o processo político não possibilita a plena participação de segmentos majoritários de sua população?

Para o cargo do executivo municipal, o estado registrou o número de 35 prefeitas eleitas em 2020, representando o maior número da história das mulheres na política em Pernambuco. História esta que tudo indica ter começado em 1968, com a eleição de Lucia Maria Batista Maranhão (Arena) para o executivo da cidade de Moreno, e que só contempla a capital por meio da vice-prefeita Isabela de Roldão (1975) (PDT), a qual assumiu a função somente na última eleição de 2020.

Por fim, para o cargo de governador, apesar de ter a experiência da engenheira Luciana Santos (1965) (PCdoB) na função de vice-governadora entre 2018 e 2022, o executivo estadual somente teve como titular da pasta uma mulher em 2023, com a eleição da advogada Raquel Lyra (1978) (PSDB), com sua vice Priscila Krauser (1978) (Cidadania), concorrendo com a também advogada Marília Arraes (1984) (Solidariedade).

Estas são algumas das mulheres que, dentre tantas outras, se destacaram na arena política e souberam, como afirma Michele Perrot (1928): lutar, existir e erguer seus poderes, permitindo que a arena pública também seja das mulheres. O baixo quantitativo de eleitas, por sua vez, evidencia quão baixo parece ser o déficit de legitimidade democrática atribuído às mulheres, o que nos faz questionar: será que podemos chamar de efetivamente democrático um Estado no qual o processo político não possibilita a plena participação de segmentos majoritários de sua população?

REFERÊNCIAS

BRASIL. Justiça Eleitoral. TSE Mulheres.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2017.

LIMA, Gabrielly Cavalcanti de; OLIVEIRA, Gabriela Ribeiro Vasconcelos de. Mulher, educação e participação política: o caso Pernambucano (1947-2022). Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

MULHERES DE DIREITA NA DITADURA CÍVIL-MILITAR BRASILEIRA

Édla Kerollayne Tavares da Silva
Mestranda em Educação – PPEGE/UFPE

Ao longo da história, houve mulheres que se alinharam com ideologias políticas de direita em diferentes contextos e países. De forma geral, a direita caracteriza-se pela crença nas diferenças sociais como inevitáveis e até mesmo desejáveis.

No Brasil, a Ditadura Civil Militar representa um marco de articulação e união das mulheres alinhadas à direita. Em um contexto histórico de rejeição a uma suposta onda comunista, eminentemente de esquerda, mulheres ocuparam o espaço público promovendo-se como mães e cristãs em defesa de suas famílias e religiosidade.

Tratando-se das mulheres de direita, podemos ressaltar que “as direitas" se configuravam como grupos heterogêneos, que se uniam no combate à esquerda.

Assim como outros grupos alinhados ao regime militar, a exemplo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESPE) e do Instituto de Pesquisas Sociais (IPES), as articulações organizadas pelas direitas femininas no Brasil eram em grande parte compostas por mulheres oriundas das classes médias às altas, possuindo, por isso, uma visão elitista da sociedade.

Com diversos grupos espalhados pelo Brasil, os movimentos de mulheres de direita surgem a partir da criação da União Cívica Feminina (UCF) em 1962, na cidade de São Paulo. No mesmo ano também foi criada a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) na cidade do Rio de Janeiro.

Essas articulações refletiam o anticomunismo e o antitrabalhismo presentes em décadas anteriores, enxergando o governo de João Goulart (PTB, 1961-1964) como uma ameaça comunista à família e à religião.

Em abril de 1967, na cidade do Rio de Janeiro, sob liderança da CAMDE, os grupos femininos organizaram o I Congresso Sul-Americano da Mulher em Defesa da Democracia, com o objetivo de dar visibilidade ao movimento ao mesmo tempo em que buscavam combater o avanço de ideias progressistas na educação brasileira.

Presidido pela professora primária aposentada Amélia Molina Bastos (1903-?), pela professora da Universidade do Brasil Mavy D'Aché (?-2002) e por Lúcia Peixoto Jobim (? -?), que fez parte do grupo das finanças, o Congresso contou com diversas organizações femininas de diferentes países latino-americanos, como Chile, Bolívia, Peru, Uruguai, Colômbia, Paraguai e República Dominicana.

Nele, foram discutidos e sedimentados temas como valores morais e da família, religiosidade, educação e juventude; por isso, tornou-se essencial para que os grupos femininos de direita ganhassem visibilidade e apoio da imprensa em relação às ações que desenvolviam.

Por suas atuações, as mulheres de direita brasileiras, em 1964, formaram uma comitiva, que foi aos Estados Unidos à convite, com o objetivo de passar os ensinamentos adquiridos na experiência da mulher brasileira no combate ao comunismo e à defesa da democracia. Outro país onde as mulheres de direita atuaram levando suas experiências foi a Venezuela.

Com ampla atuação nacional e internacional, essas mulheres de direita que ocupavam as ruas em defesa de seus interesses eram representadas na imprensa como "femininas e formidáveis" ao mesmo tempo que também estavam representadas como militantes, afinal eram mulheres que se apresentaram às "trincheiras" do anticomunismo.

Elas defendiam uma visão de gênero na qual a mulher estava diretamente ligada ao espaço privado, responsável pelo lar e pela família, embora suas próprias ações estivessem no espaço público.

De modo que, apesar de algumas dessas mulheres atuarem no mercado de trabalho, principalmente como professoras, elas argumentavam que a prioridade da mulher deveria ser o lar.

Assim sendo, a defesa de uma visão da mulher ligada ao ambiente privado pode parecer contraditória para um grupo de mulheres que optou por ocupar o espaço público em prol de seus posicionamentos políticos, porém essa contradição era afastada pelo grupo sob o argumento de que, enquanto mães e esposas, era seu dever lutar pela defesa de seus lares, filhos e religiosidade; este era o caminho.

Tais motivações e ações aqui expostas colaboraram para a desconstrução do mito de uma sociedade amplamente resistente à instauração do regime militar, sobretudo pela ótica feminina, bem como contribui para evidenciar a participação política feminina de direta, que vem ganhando forças nos dias atuais, possuindo várias representantes na política nacional.

Dentre tantas outras nos distintos cargos eletivos, as ex-ministras e atuais senadoras Damares Alves (Republicanos), Carla Zambelli (PL) e Thereza Cristina Dias (PP) são exemplos dessas representantes.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Daniela de; CHAVES, Eduardo dos Santos. A educação nacional e o conservadorismo feminino em tempos de ditadura. Revista História da Educação, [S. l.], v. 26, 2022. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/e107426. Acesso em: 30 jun. 2023.

CORDEIRO, Janaína Martins. Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SILVA, Débora Raiza Carolina Rocha. Resistências contrárias: uma análise dos movimentos feministas de Belo Horizonte no ano de 1964. In: Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, 11 ed., v. 5, n. 3, set./dez. 2013.

MULHERES E ARTE COMO PERFORMANCE DE ENFRENTAMENTO

Graciele Maria Coelho de Andrade Gomes
Doutoranda em Educação PPGE/UFPE/GEPIFHRI

Embora os nomes das mulheres artistas não apareçam na história das artes com o mesmo destaque que os dos homens, o que se deve à luta política que perpassa o campo da memória, é importante destacar que existiram mulheres artistas que foram “ativas” no campo, sobretudo nos períodos de sedimentação da censura e de prevalência da cultura androcêntrica, como durante o regime político civil-militar (1964-1985).

Para manifestar suas impressões do mundo a partir de sua atuação artística neste período, as mulheres precisaram enfrentar obstáculos como a censura, o apagamento da cultura popular, o que impactava tanto na atuação de homens quanto de mulheres artistas e questionar e subverter o lugar que lhes havia sido reservado pelos homens e pela sociedade machista.

No contexto da ditadura militar brasileira, as mulheres encontraram diferentes formas de enfrentamento ao governo, dentre estas está a produção de uma arte capaz de oferecer oposição ao regime e aos padrões conservadores da sociedade, os quais contribuíram para justificar a necessidade de implantação do golpe.

Isto é, uma produção artística com tom, formas e viés político, capaz de levar pessoas a pensar, a questionar e a mudar e formar opiniões, o que culminou no veto de algumas obras e na perseguição de artistas com base na Lei de Segurança Nacional.

Foi em nome de tal lei que mulheres foram torturadas, estupradas, mortas e chegaram a romper laços familiares devido à sua atuação política, o que ficou mais evidente com a implantação do famoso AI-5 em 1968, o qual estabeleceu prerrogativas que legalizaram a perseguição e violação de direitos cometidas pelos militares aos opositores do governo.

Diante disso, ao invés de se sentirem impedidas, muitas mulheres encontraram formas para continuar a enfrentar as diferentes manifestações do autoritarismo e de violação de direitos fundamentais, algo comum no regime.

Foi neste cenário que nomes como o da artista plástica pernambucana Tereza Costa Rêgo (1929-2020) se destacaram. Tereza enfrentou a ditadura militar ao lado do seu companheiro Diógenes Arruda, líder do Partido Comunista do Brasil, e em suas pinturas registrou as dores e a coragem daquelas que enfrentaram uma estrutura opressora e violenta, tal qual a do regime civil-militar.

Junto ao nome de Tereza, podemos colocar o de outras artistas pernambucanas que também utilizaram a arte como forma de enfrentamento.

Nas pinturas de Genoveva Alves Dias (1929-2009), esposa do também pintor e militante político de esquerda Alves Dias, é possível encontrar elementos da cultura e da realidade do povo nordestino, sobretudo em um período em que as desigualdades sociais se avolumaram.

Nas poesias de Silvia Lúcia Viana Montarroyos (1943), Maria Celeste Vidal de Lima (1929-1998), Lea Tereza Lopes de Oliveira (1955), Margarida Lucena da Hora (1924-2010) e da poetisa e atriz Zodja Pereira (1946), as palavras remetem às dores impostas tanto ao próprio corpo quanto ao de quem presenciou a perseguição, a morte e o desaparecimento de pessoas queridas devido à caça aos comunistas.

No palco, nos últimos anos da ditadura militar, a atriz Stella Maris Saldanha(1960) se valeu de seu corpo como instrumento político para contestar a opressão ao gênero feminino e para interpretar personagens que, por meio da linguagem metafórica, tratavam dos problemas sociais, das barbáries e das arbitrariedades que eram perpetuadas pela Ditadura Militar.

No interior de Pernambuco, na cidade de Passira, despontou Maria Alexandrina da Silva (1948), conhecida como “Mocinha de Passira”, a qual hoje é Patrimônio Vivo de Pernambuco devido à sua poesia cantada com a viola. Nos palcos e palanques, ela fez duelos com homens cantadores e, dentre outros assuntos do cotidiano popular, ela enfrentou o machismo e o autoritarismo no universo do repente.

Não sem razão, com a produção artística destas e de outras mulheres, aprendemos, sensibilizamo-nos e orientamo-nos para a necessidade da preservação da memória e da educação para o “nunca mais”.

Isto porque suas artes criticam, entre outros elementos, o contexto autoritário e de desprezo aos direitos humanos, onde a violência ao gênero feminino também se intensificou, devido à normalização do machismo e do ultraconservadorismo.

Por meio de suas artes, essas mulheres, e muitas outras, cujos nomes ainda não são reconhecidos no país, materializaram uma memória social que expressa consciência política e senso ético e moral, reconhecendo a dignidade e a humanidade da/o/e outra/e/o.

Em suas produções artísticas, é possível observar formas de solidariedade que evidenciam a indissociabilidade entre a formação política e a luta constante das mulheres ao longo da História.

Seja pela democracia, pelo domínio de suas vontades e desejos ou por sua livre atuação e expressividade na vida pública e privada, elas lutaram.

Com os pincéis, com as palavras, com os corpos e com as músicas, existiram mulheres que criaram artes capazes de afetar, conscientizar e alertar sobre as experiências negativas do passado nos revelando quão potentes são as artes como performance de enfrentamento.

Às artistas, meus aplausos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. (Des)memórias: por uma revisão feminista da História da Arte no Brasil. Cartema, Recife, v. 8, n. 8, p. 143-165, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/CARTEMA/article/view/248801/0. Acesso em: 01 jun. 2023.

COELHO, Fernando Vasconcelos. Direita volver: o golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004.

DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

ZACCARA, Madalena (Org.). De sinhá prendada a artista visual: os caminhos da mulher artista em Pernambuco. Recife: Ed. Do Organizador, 2017.

GOMES, Graciele Maria Coelho de Andrade. Caminhando e cantando e seguindo a canção, aprendendo e ensinando uma nova lição: contribuições de mulheres artistas à "educação para o nunca mais". Tese (Doutorado em Educação) Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife. Em fase de elaboração.

MULHERES E AÇÕES AFIRMATIVAS

Raab Albuquerque
Servidora Técnica-administrativa - CE|UFPE
Mestranda em Educação – PPGE/UFPE

A luta das mulheres por igualdade de gênero é um movimento que atravessa os séculos. Ao longo da história, e através das lutas protagonizadas pelo movimento feminista, elas enfrentaram e ainda enfrentam diversas formas de discriminação e experenciaram importantes conquistas.

Contudo, a sub-representação das mulheres, principalmente em cargos de liderança e na política, revela ainda a necessidade de medidas específicas para corrigir tais disparidades.

Nesse contexto, as ações afirmativas surgem como um importante instrumento para reduzir as desigualdades, assim como promover a inclusão e o empoderamento feminino.

Na Constituição de 1988, a necessidade de reduzir as desigualdades existentes entre os gêneros fica evidente nos textos de dois de seus dispositivos: no Inciso I do Artigo 5º, que consta que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” e no parágrafo 5° do Art. 226, ao garantir que “os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher” e na busca por mitigar os danos causados pela diferença de tratamento a referida Constituição se vale das ações afirmativas.

O uso da expressão “ação afirmativa”, como se conhece hoje, foi detectado pela primeira vez nos Estados Unidos na ordem executiva 11.246, de 28 de setembro de 1965, no governo de Lyndon Baynes Johnson.

O primeiro registro de uma ação afirmativa no Brasil aconteceu em 1968, quando foi publicada a Lei nº 5.465, que, em seu artigo primeiro, determina reserva de vagas em estabelecimentos de Ensino Médio agrícolas e em escolas superiores de agricultura e veterinária para agricultores ou filhos destes, sendo proprietários ou não de terras residentes em Zona Rural ou em vilas que não possuíssem estabelecimentos de Ensino Médio.

A partir da publicação desse documento, iniciou-se nos EUA a política de não discriminação que pretendia favorecer a divisão igualitária das vagas de emprego entre as minorias socialmente inferiorizadas.

No Brasil, a partir da década de 1960, o uso do termo também foi popularizado e desde então essas ações têm sido essenciais na democratização dos postos de trabalho, com a finalidade de favorecer a participação das mulheres na política, como também incluir pessoas negras, indígenas, com deficiências e mais recentemente pessoas LGBTQIAPN+ no mercado de trabalho, garantindo a essas populações um melhor acesso à educação.

O primeiro registro de uma ação afirmativa no Brasil aconteceu em 1968, quando foi publicada a Lei nº 5.465, que, em seu artigo primeiro, determina reserva de vagas em estabelecimentos de Ensino Médio agrícolas e em escolas superiores de agricultura e veterinária para agricultores ou filhos destes, sendo proprietários ou não de terras residentes em Zona Rural ou em vilas que não possuíssem estabelecimentos de Ensino Médio.

A luta das mulheres por igualdade de gênero é um movimento que atravessa os séculos. Ao longo da história, e através das lutas protagonizadas pelo movimento feminista, elas enfrentaram e ainda enfrentam diversas formas de discriminação e experenciaram importantes conquistas.

Contudo, a sub-representação das mulheres, principalmente em cargos de liderança e na política, revela ainda a necessidade de medidas específicas para corrigir tais disparidades.

Nesse contexto, as ações afirmativas surgem como um importante instrumento para reduzir as desigualdades, assim como promover a inclusão e o empoderamento feminino.

Na Constituição de 1988, a necessidade de reduzir as desigualdades existentes entre os gêneros fica evidente nos textos de dois de seus dispositivos: no Inciso I do Artigo 5º, que consta que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” e no parágrafo 5° do Art. 226, ao garantir que “os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher” e na busca por mitigar os danos causados pela diferença de tratamento a referida Constituição se vale das ações afirmativas.

O uso da expressão “ação afirmativa”, como se conhece hoje, foi detectado pela primeira vez nos Estados Unidos na ordem executiva 11.246, de 28 de setembro de 1965, no governo de Lyndon Baynes Johnson. A partir da publicação desse documento, iniciou-se nos EUA a política de não discriminação que pretendia favorecer a divisão igualitária das vagas de emprego entre as minorias socialmente inferiorizadas.

No Brasil, a partir da década de 1960, o uso do termo também foi popularizado e desde então essas ações têm sido essenciais na democratização dos postos de trabalho, com a finalidade de favorecer a participação das mulheres na política, como também incluir pessoas negras, indígenas, com deficiências e mais recentemente pessoas LGBTQIAPN+ no mercado de trabalho, garantindo a essas populações um melhor acesso à educação.

O primeiro registro de uma ação afirmativa no Brasil aconteceu em 1968, quando foi publicada a Lei nº 5.465, que, em seu artigo primeiro, determina reserva de vagas em estabelecimentos de Ensino Médio agrícolas e em escolas superiores de agricultura e veterinária para agricultores ou filhos destes, sendo proprietários ou não de terras residentes em Zona Rural ou em vilas que não possuíssem estabelecimentos de Ensino Médio.

As ações afirmativas são políticas públicas adotadas com o intuito de beneficiar grupos sociais historicamente inferiorizados por motivos étnicos, religiosos ou de gênero, buscando garantir a representação desses grupos na política, nos espaços educacionais e no mercado de trabalho, corrigindo, assim, antigas e novas formas de discriminação.

Com tais escopos, as chamadas ações afirmativas vêm atravessando décadas como medidas de enfrentamento às diversas injustiças em diferentes partes do mundo. Essas iniciativas não somente tentam reparar danos históricos a determinadas populações, mas também agem no sentido de promover condições de igualdade relativa, para, com isso, delinear novas perspectivas de enfrentamento e de reorganização socioeconômica.

Assim, entende-se que não é ilegal “discriminar positivamente” com o objetivo de criar melhores condições para um determinado grupo, tradicionalmente desprivilegiado na sociedade.

Nesse sentido, a importância das ações afirmativas pode ser percebida na educação que, no caso específico das mulheres, vêm contribuindo para sua projeção intelectual, cultural e econômica tradicionalmente patriarcal e misógina.

Os últimos dados do IBGE (2020) apontam que as mulheres representam 57% nos cursos de Ensino Superior, embora ainda sejam minoria em cursos historicamente ocupados por homens, como Tecnologia da Informação e Engenharias.

Esta elevação no percentual de mulheres escolarizadas, que também estão na educação básica e na pós-graduação, ganha força com a conquista da constitucionalidade das ações afirmativas, sobretudo depois da aprovação da Lei 12.711/2012, que institui a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, lugar sabidamente ocupado por maioria de mulheres pretas e pardas. Programas como o de reserva de vagas, bolsas de estudo e iniciativas de capacitação também têm contribuído para que mais mulheres possam ter acesso à uma educação de qualidade, uma vez que os movimentos feministas ocupam as cadeiras das universidades e minimizam a supremacia masculina, antes detentora de vagas e bolsas.

É inegável que ter assegurado o direito a uma melhor formação acadêmica e profissional possibilita melhores oportunidades no mercado de trabalho, mas, apesar dos avanços na luta por igualdade de gênero, já ressaltadas nos textos constitucionais, as mulheres continuam experimentando o sabor amargo das desigualdades no mercado de trabalho.

A Lei n° 9.799/99, ao rever a redação do Art. 373 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), admite, no parágrafo único 373-A, a adoção de medidas temporárias que visem ao estabelecimento das políticas de igualdade entre homens e mulheres, em particular às que se destinam a corrigir distorções que afetam a formação profissional, o acesso ao emprego e as condições gerais de trabalho da mulher. Políticas de equidade salarial, licenças maternidade e paternidade, além de programas de incentivo ao empreendedorismo feminino, são exemplos de medidas implementadas nesse sentido.

Quando associados, educação e acesso a melhores postos de trabalho, é inegável que estes proporcionam melhores perspectivas de representatividade das mulheres tanto em cargos de destaque quanto na política, o que é essencial para garantir que nossos interesses sejam levados em consideração nas decisões que afetam diretamente as nossas vidas.

Dados do Inter-Parliamentary Union confirmam que, em vários países do mundo, mulheres representam menos de 25% dos cargos parlamentares, e somente 12% das lideranças de governos são mulheres.

No caso do Brasil, este vem adotando meios para garantir candidaturas femininas em nível municipal desde 1995, tendo o ápice que desembocou na Lei nº 9.504, de 30 de setembro 1997, a qual estabelece a reserva de, no mínimo, 30% e, no máximo, 70% de vagas para cada sexo nas listas partidárias.

A política de reserva de vagas é uma ferramenta implementada em diversos países com o objetivo de aumentar a presença de mulheres, sejam elas cisgêneras ou transgêneras, em cargos políticos, e que, no Brasil, vem ganhando resultados expressivos.

Apesar de as ações afirmativas reverberarem em aspectos positivos naquilo que se propõem, há ainda duras críticas de que elas podem promover a “discriminação reversa” ou prejudicar a meritocracia, não trazendo benefício à população em geral.

Estudiosos de tais políticas, entretanto, comprovam que elas são necessárias para corrigir desigualdades históricas e garantir oportunidades igualitárias para todos, como comprovam, por exemplo, os dados acerca do aumento do acesso à educação das mulheres, da maior participação feminina no mercado de trabalho e dos avanços na representação política pelas mulheres.

A Lei n° 9.799/99, ao rever a redação do Art. 373 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), admite, no parágrafo único 373-A, a adoção de medidas temporárias que visem ao estabelecimento das políticas de igualdade entre homens e mulheres, em particular às que se destinam a corrigir distorções que afetam a formação profissional, o acesso ao emprego e as condições gerais de trabalho da mulher. Políticas de equidade salarial, licenças maternidade e paternidade, além de programas de incentivo ao empreendedorismo feminino, são exemplos de medidas implementadas nesse sentido.

Quando associados, educação e acesso a melhores postos de trabalho, é inegável que estes proporcionam melhores perspectivas de representatividade das mulheres tanto em cargos de destaque quanto na política, o que é essencial para garantir que nossos interesses sejam levados em consideração nas decisões que afetam diretamente as nossas vidas.

Dados do Inter-Parliamentary Union confirmam que, em vários países do mundo, mulheres representam menos de 25% dos cargos parlamentares, e somente 12% das lideranças de governos são mulheres. No caso do Brasil, este vem adotando meios para garantir candidaturas femininas em nível municipal desde 1995, tendo o ápice que desembocou na Lei nº 9.504, de 30 de setembro 1997, a qual estabelece a reserva de, no mínimo, 30% e, no máximo, 70% de vagas para cada sexo nas listas partidárias.

A política de reserva de vagas é uma ferramenta implementada em diversos países com o objetivo de aumentar a presença de mulheres, sejam elas cisgêneras ou transgêneras, em cargos políticos, e que, no Brasil, vem ganhando resultados expressivos.

Apesar de as ações afirmativas reverberarem em aspectos positivos naquilo que se propõem, há ainda duras críticas de que elas podem promover a "discriminação reversa" ou prejudicar a meritocracia, não trazendo benefício à população em geral.

Estudiosos de tais políticas, entretanto, comprovam que elas são necessárias para corrigir desigualdades históricas e garantir oportunidades igualitárias para todos, como comprovam, por exemplo, os dados acerca do aumento do acesso à educação das mulheres, da maior participação feminina no mercado de trabalho e dos avanços na representação política pelas mulheres.

No entanto, ainda existem desafios a serem superados, como a desconstrução dos estereótipos de gênero, a mudança de mentalidade, os regionalismos, o elevado número de fraudes das cotas e as devidas regulamentação e avaliação efetiva destas políticas. Que as políticas de ações afirmativas possam colaborar para que mais mulheres, como Anielle Franco, Alice Pataxó, Robeyoncé Lima, Djamila Ribeiro, Ana Gabryele Moreira e Graça Graúna, sejam protagonistas de suas próprias histórias.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Raab. Políticas de inclusão e acesso ao Ensino Superior: um estudo sobre a efetividade da comissão de heteroidentificação. 2023. Dissertação de mestrado em construção – UFPE, Recife.

JÚNIOR, João Feres. Ação afirmativa no Brasil: fundamentos e críticas. Econômica, v. 6, n. 2, 2004.

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. Revista Brasileira de Educação [online]. 2005, p. 164-. 29, 176. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000200013. 2005. Acesso em: 19 maio 2022.

MULHERES SUBVERSIVAS: A RESISTÊNCIA FEMININA NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

Raquel Barreto Querino da Silva
Mestra em Educação PPGE/UFPE/GEPIFHRI

A Constituição Federal, outorgada em 1988, evoca em seu preâmbulo a necessidade de instituir, no Brasil, um Estado Democrático que tenha como suas principais atribuições assegurar o pleno exercício dos direitos sociais e individuais, da liberdade, da segurança, do bem-estar, do desenvolvimento, da igualdade e da justiça como elementos indispensáveis à sociedade brasileira. Além disso, fundamenta-se na cidadania, na dignidade da pessoa humana e no pluralismo político.

Esses são alguns dos preceitos democráticos instituídos a partir da chamada Constituição Cidadã, que evidenciava em seu arcabouço a oposição aos aspectos antidemocráticos que vigoraram no país entre 1964 e 1985.

Neste período, em particular, a organização política e sociocultural do país foi marcada pela consolidação do regime político civil-militar, que teve como uma de suas marcas o cerceamento das liberdades individuais e coletivas bem como a utilização de medidas autoritárias e repressivas, conhecidas por ditadura militar.

Foi no ano de 1964 que ocorreu a deposição de João Goulart, presidente que advogava a favor de pautas reformistas de esquerda, em favor da consolidação de um regime político de cunho autoritário que conciliou os interesses militares e da direita empresarial brasileira. Para além dos acontecimentos históricos desse período turbulento, como o desrespeito às leis, às Instituições e à vontade popular, há que se destacar a importante atuação de mulheres que, em face de sua militância contra os governos instituídos, foram consideradas para além de perversas, subversivas.

A mulher subversiva, nesse sentido, era aquela que se posicionava contrária ao governo vigente e que lutava em prol das liberdades políticas e civis, das eleições diretas, dos direitos trabalhistas, do direito ao corpo, à educação, à moradia, e por tantos outros direitos que foram negados aos homens e mulheres brasileiras em face da consolidação do regime antidemocrático imposto de forma ditatorial.

Essas mesmas mulheres não eram seres desassociados das atribuições que a sociedade lhes impunha: além de serem consideradas subversivas, eram, também, filhas, mães, esposas, donas de casa, vizinhas, trabalhadoras, dentre outras funções que lhes cabiam. No entanto, uma vez que os papéis atribuídos às mulheres são cumulativos, elas aglutinaram também o rótulo de “militantes”.

As mulheres exerceram sua militância política a partir da sua realidade social e dos recursos que dispunham. A este respeito, podemos evidenciar a trajetória da escritora Amélia Telles (1944), da estudante Iracema de Carvalho (1953) e da professora Maria Celeste Vidal (1929 - 1998). Apesar de estas personagens representarem uma mínima parcela daquelas que exerceram militância, suas trajetórias podem nos dar uma perspectiva importante acerca da atuação feminina em tempos repressivos.

Amélia Telles, também conhecida como "Amelinha", foi presa em São Paulo no ano de 1973 por causa da sua militância e associação ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Sua atuação se deu tanto no apoio à luta armada quando na comunicação do Partido com vistas à mobilização e organização dos(as) militantes políticos(as).

Já Iracema de Carvalho Araújo ainda era uma menina de 11 anos quando foi sequestrada, junto à sua mãe, e levada pelo Destacamento de Operações de Informações (DOI) em Recife (PE). Iracema foi torturada e teve que presenciar as torturas a que fora submetida a sua mãe, uma professora pernambucana aliada ao Partido Comunista e às Ligas Camponesas, cuja luta, dentre outros aspectos, primava pelos direitos dos trabalhadores rurais, o que inclui a terra.

Outra professora pernambucana e militante foi Maria Celeste Vidal, que lutou pela causa dos trabalhadores rurais em Vitória de Santo Antão (PE). Foi presa em abril de 1964 e padeceu as mais diversas torturas físicas e psicológicas nas mãos de seus algozes.

O que une essas mulheres, militantes políticas, não é somente o fato de que foram violentadas, humilhadas e vítimas de diversos maus-tratos, mas também as suas resistências, lutas e necessidades de buscar justiça, mesmo findo o período autoritário.

De modo que fosse no interior ou nos centros urbanos, nas obras sociais, na participação política, na vida religiosa ou na sua atuação profissional, mulheres exerceram sua força política e tiveram sua atuação no período desprendida da passividade para protagonizar feitos de resistência, de resiliência e de subversão.

Elas interpretaram a legislação para defender os direitos trabalhistas; esconderam e prestaram assistência a perseguidas/os políticas/os; participaram da luta armada e tantas outras ações, de modo que subverteram o lugar de quem ouve em silêncio para ocupar os espaços públicos, os palanques, os púlpitos, as tribunas e, assim, fizeram-se ouvir.

Se a História se constrói a cada instante com a participação de homens e mulheres, por muito tempo ao homem foi atribuído o espaço público, enquanto à mulher restou o silêncio do espaço privado. Aos homens, associavam-se a termos como “cultura”, “política”, “razão”, “autoridade”, enquanto às mulheres, nomenclaturas que expressavam a “natureza”, “cuidado”, “amor”, “proteção”, “intuição”.

O homem sendo o livre cidadão, a mulher, sua auxiliar. No campo político, tais concepções também povoam as páginas da sua história, embora, hoje já se saiba que a militância feminina extrapola a do homem, uma vez que, para além de todos os sofrimentos impostos a ambos, as mulheres tiveram e têm que romper a vida privada e ingressar na política em meio a violências físicas, psicológicas e simbólicas, envolvendo sua condição de gênero.

Por isso a esperança de que há de chegar o dia em que a sombra de um passado autoritário desapareça e que mais mulheres assumam o espaço público como forma de performar.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Raylane AndrezaDias Navarro; NASCIMENTO, Raquel Barreto. Entre o professorado e a militância política: o caso de Maria Celeste Vidal (1929-1998). Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp., Salvador, v. 30, n. 63, p. 193-206, jul./set. 2021.

SILVA, Marcília Gama da. Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Recife: Editora UFPE, 2014.

DESAFIANDO O AUTORITARISMO: O LEGADO DE LUTA DA MULHER MILITANTE

Hemilly Suenny da Silva –
Graduada em História - UFPE. Bolsista de IC da Facepe

Maria Eduarda Gomes Belo da Silva –
Graduanda em Pedagogia - UFPE. Bolsista de IC do CNPq

Pensar na relação entre mulher e política em regimes políticos autoritários é de extrema importância para reconhecer o papel das mulheres militantes que lutaram contra a repressão dos governos ditatoriais.

Essas mulheres enfrentaram a violência, participaram da luta armada, contribuíram para a efetivação do voto feminino e ocuparam cargos políticos, ainda que invisibilizadas e, por vezes, agredidas e silenciadas.

Ao longo do século XX, o Brasil, particularmente, testemunhou ao menos duas fases autoritárias que marcaram a sua história política, notadamente o Estado Novo (1937-1945) e o regime civil-militar (1964-1985).

Durante o Estado Novo, no segundo mandato de Getúlio Vargas (1882-1954), os direitos civis e políticos foram restringidos, a liberdade de expressão foi cerceada e a sociedade viveu sob um governo centralizador e repressor.

O Congresso foi fechado, a imprensa sofreu censura, os mandatos foram cassados, os partidos foram colocados na ilegalidade e houve perseguição política contra aqueles que se opunham à proposta conservadora de Vargas.

As mulheres militantes eram alvo da repressão devido ao seu papel transgressor, desafiando tanto a política golpista quanto o projeto conservador defendido por Vargas e expresso no Plano Nacional de Educação de 1937, idealizado por Gustavo Capanema, à época Ministro da Educação. Esse plano restringia o papel das mulheres ao enfatizar sua dedicação ao lar, aos maridos e à criação de sua prole.

Enquanto exaltava esse modelo de mulher, demonizava as militantes políticas que se opunham ao governo ditatorial. Um exemplo notável da violência perpetrada no Estado Novo foi cometido contra Olga Benário Prestes (1908-1942). Olga, cidadã alemã de origem judaica, fora enviada ao Brasil pela Internacional Comunista para auxiliar Luís Carlos Prestes (1898-1990) na liderança do movimento comunista. Como represália, ela foi capturada pelo governo de Vargas ainda grávida e entregue às autoridades alemãs, não sobrevivendo ao campo de concentração nazista.

Posteriormente, o Brasil viveu o regime civil-militar, que teve início em 1964 com a destituição do presidente João Goulart, quando as Forças Armadas assumiram o poder de forma inconstitucional.

Quando as Forças Armadas assumiram o poder de forma inconstitucional. Durante os 21 anos do regime, houve repressão nos setores político e cultural, e a violência foi uma marca desse período. À época, os militares buscavam obter o apoio da população para justificar suas ações. Para tanto, consolidaram um discurso de luta contra um inimigo interno, o comunismo, ao mesmo tempo em que eliminavam gradualmente a frágil democracia.

O aparelho repressivo utilizou-se de instrumentos de repressão para combater a oposição política e impôs censura aos meios de comunicação. Nesse contexto, o regime se consolidou por meio dos Atos Institucionais (AIs), adiando eleições livres, restringindo o sistema político ao bipartidarismo e, além disso, perseguindo, prendendo e matando políticos e militantes de oposição ao regime.

As mulheres militantes, durante o regime civil-militar, enfrentaram formas diferenciadas de tortura em relação aos homens, incluindo violência sexual, física e psicológica. Esses atos visavam docilizar o corpo da mulher, inferiorizá-la e utilizá-la como instrumento de correção por não se adequarem aos padrões femininos impostos pelo governo. Estupro, aborto forçado, mutilação genital, agressões em frente aos familiares e ameaças aos seus filhos foram alguns dos horrores enfrentados pelas mulheres militantes.

No entanto, esses seres femininos não podem ser vistos apenas sob a ótica de vítimas, mas também como resistentes e militantes políticas. Isto porque desafiaram o papel tradicional feminino ao se inserir em organizações clandestinas, no partido comunista, nos sindicatos e em movimentos de luta armada, sendo, por isso, perseguidas, presas, violentadas e mortas.

Dilma Rousseff (1947), ex-presidente do Brasil, Benedita da Silva (1942), deputada federal, e Luiza Erundina (1934), também deputada federal, são exemplos marcantes de mulheres que lutaram ativamente pela ampliação dos direitos políticos e pelo retorno da democracia no Brasil.

Além delas, outras mulheres, como a nutricionista Yara Brayner Mattos (1941–2005), a médica Naíde Teodósio (1915-2005) e a advogada Mércia Albuquerque (1934-2003) também deixaram um legado de luta, engajando-se no movimento estudantil, atuando na defesa de presos políticos e ocupando cargos de liderança no Partido Comunista.

Embora muitas mulheres tenham sido esquecidas ao longo do tempo, a história tem cumprido o papel de revelar suas contribuições.

O relatório da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, por exemplo, evidencia a memória dessas mulheres. Dos 50 nomes biografados no primeiro volume, 6 são mulheres, e no segundo volume, que lista os ex-presos políticos, dos 449 nomes, 76 são mulheres. Além disso, quase 200 mulheres foram perseguidas em Pernambuco e tiveram seus nomes registrados no Departamento de Ordem Política Social (DOPS).

Portanto, refletir sobre a relação entre a mulher e a política em regimes autoritários nos leva a valorizar a memória de resistência daquelas que militaram a favor de um país mais democrático, ainda que diante de um contexto no qual se fazia presente a intolerância à dissidência ou oposição política.

Mesmo em tempos de democracia, é fundamental que a luta pela igualdade de gênero e pelos direitos das mulheres não perca o fôlego.

Reconhecer o legado das mulheres militantes é um dos caminhos que nos sensibiliza a reconhecer suas trajetórias de luta e nos impele ao pleito que visa ampliar a participação política de outras mulheres nos espaços de poder e representação; mulheres estas que trazem/trarão consigo uma diversidade de perspectivas e experiências necessárias para compor um país mais justo, igualitário e efetivamente longe dos tentáculos nefastos do autoritarismo.

REFERÊNCIAS

COLLING, A. M. A. Resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1997.

PERROT, M. Minha história de mulheres. Tradução: CORREA, A. São Paulo: Contexto, 2007.

SECRETARIA DA CASA CIVIL. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara: relatório final, v. 1. Recife: CEPE, 2017.

OS FEMINISMOS E SUAS PAUTAS NO BRASIL

Izabela Cristina de Melo Santos
Doutoranda em Educação - PPGE/UFPE

No Brasil, a introdução do pensamento feminista ganhou relevância no século XIX, tendo a luta pela educação e pelo sufrágio como pautas centrais. As mulheres que se puseram como defensoras dessas causas, dentre outros meios, o fizeram através da escrita, da qual criticavam a ausência da mulher na participação política e a educação restrita que recebiam, voltada para serem boas mães e esposas. A educadora e escritora Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) é considerada a pioneira do feminismo no Brasil ao defender uma educação para mulheres equiparada à ofertada aos homens na época. Chegou, inclusive, a fundar em 1868, no Rio de Janeiro, uma escola para meninas cujo currículo foi duramente criticado por grupos conservadores devido ao viés científico ofertado às jovens estudantes. Foi neste mesmo período que o debate em torno da emancipação social das mulheres tornou-se mais presente no meio cultural oitocentista a partir da criação, entre os anos de 1850 e 1880, de outros colégios femininos, bem como de revistas e jornais voltados para a formação de mulheres e dirigidos por elas.

Como resultado de reivindicações por parte das próprias mulheres, nas décadas finais do século XIX o ingresso delas no ensino superior marcou, no Brasil, tanto um avanço na sua escolarização como também uma expectativa de alargamento da atuação profissional — visto que, até aquele momento, era restrito ao magistério e a profissões secundárias, como costureira, artesã, parteira e vendedora, por exemplo. Entre os anos de 1884 e 1888, doze mulheres foram formadas em faculdades brasileiras. As pioneiras nas áreas de medicina, direito e engenharia representaram uma ruptura com os padrões aos quais as mulheres estavam revestidas. Algumas delas, para além de se firmarem em um campo profissional majoritariamente ocupado por homens, posicionaram-se sobre a condição das mulheres naquele contexto e apontaram a necessidade do uso pleno de sua capacidade intelectual e política, a exemplo da médica baiana Francisca Praguer Fróes (1872-1931), que publicou uma série de artigos em periódicos nacionais nos quais discutia moral sexual, capacidade intelectual feminina e direito ao divórcio e ao voto.

Os escritos de Francisca contribuíram para a organização da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino em 1931.

A dramaturga e jornalista Josefina Álvares de Azevedo (1851-1913) foi outra voz que se somou à defesa de maior participação política e social das mulheres ao criticar a ausência de uma formação que pudesse contribuir com outras possibilidades de atuação para elas. As atuações de mulheres como Nísia Floresta, Francisca Praguer Fróes e Josefina Álvares de Azevedo almejavam a emancipação social, cultural e política das mulheres, ou seja, lutavam pela igualdade de direitos equiparada ao dos homens, com o objetivo de alargar sua atuação no espaço público.

A luta pelo sufrágio continuou até as primeiras décadas do século XX com a organização institucional de mulheres em prol da luta pelo direito de votar e serem eleitas. Em 1910, a professora Leolinda de Figueiredo Dastro (1859-1935) fundou o Partido Republicano Feminino, primeiro partido feminista do Brasil.

Em 1922, ocorreu dois eventos importantes para o avanço dessa pauta: a fundação da Federação Brasileira do Progresso Brasileiro e a Conferência Internacional Feminista, realizada na cidade do Rio de Janeiro, ambos organizados pela iniciativa da bióloga Bertha Lutz (1894-1976). As mobilizações visavam pressionar os constituintes para incorporar as demandas defendidas.

O direito ao voto conquistado em 1932 não esgotou suas demandas de luta. Nas décadas de 1960 e 1970, intensificou-se a luta relacionada ao direito ao corpo, à sexualidade e às questões relacionadas ao gênero. Somadas às questões da liberdade sexual, os direitos relacionados à creche em tempo integral e melhores condições trabalhistas foram inseridos nos debates femininos. Desde as últimas décadas do século XX, a perspectiva decolonial vem conduzindo a organização de várias correntes do feminismo ligadas, principalmente, a grupos socialmente marginalizados, tais como o negro, os indígenas, as mulheres.

O pensamento decolonial se caracteriza como uma corrente política e filosófica que pretende desconstruir a narrativa linear traçada e cimentada pelo colonialismo, evidenciando as vozes e a identidade das comunidades colonizadas. Nessa perspectiva, o feminismo decolonial incorpora aos debates feministas pautas que atingem diretamente mulheres de dada cultura subalternizada, tais como as indígenas, negras, africanas, asiáticas, transexuais/travestis, em oposição ao feminismo europeu, branco e homogêneo em suas demandas. Desse movimento nasce outras vertentes do feminismo, como o feminismo amarelo, cujas lutas recaem nas demandas de mulheres descendentes de países asiáticos, por exemplo o combate à erotização de seus corpos; o transfeminismo, cujas questões da representatividade, da ocupação de espaços públicos e da luta pelo fim da violência contra mulheres transgênero, transexuais ou travestis são postas em evidência; e a teologia feminista, presente em várias tradições religiosas — catolicismo, protestantismo, judaísmo, budismo —, que critica a narrativa patriarcal que sustentou essas tradições e atribuiu às mulheres papéis secundários não só nos espaços religiosos como nas sociedades.

Assim, do movimento em defesa do sufrágio até às demandas por melhores condições trabalhistas, igualdade de gênero, raça e classe, os movimentos feministas no Brasil atuaram e atuam como instrumento de empoderamento das mulheres na sociedade. A luta contra o feminicídio, o machismo e o patriarcado, enraizado nas práticas mais sutis das relações sociais que buscam cercear a atuação de mulheres em espaços de poder a despeito dos direitos conquistados, também tem sido pauta do feminismo nas últimas décadas, o que nos leva a entender não somente as violências, os preconceitos e as injustiças perpetuadas contra um gênero, mas, sobretudo, os modos como as mulheres os enfrenta.

REFERÊNCIAS

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PITANGUY, Jacqueline; ALVES, Branca Moreira. **Feminismo no Brasil**: memórias de quem faz acontecer. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

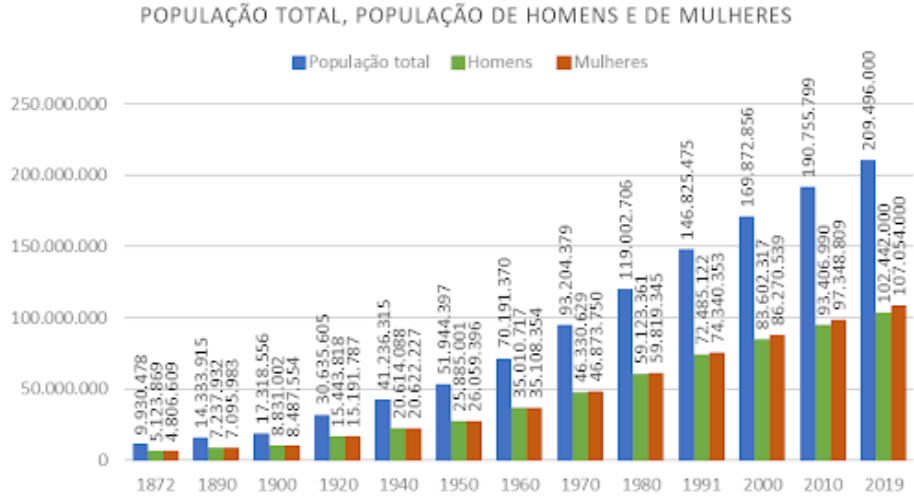
SANTOS, Izabela Cristina de Melo. **Experiência formativas**: a trajetória de pioneiras nordestinas no ensino superior. Tese (Doutorado em andamento em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, 2023.

SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DAS MULHERES NOS CENSOS

Giselle Maria Carvalho da Silva Lima
Mestranda - Mestrado Profissional em Educação Básica/GEPIFHRI

Os gráficos apresentados abaixo trazem, em números, o panorama da mudança do quantitativo de mulheres na população brasileira. Para tanto, foram consultados os censos demográficos realizados desde o ano 1872 até 2010 e mais a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2019, uma vez que o Censo de 2020 ainda não foi finalizado em decorrência dos problemas causados pela pandemia de covid-19. Os dados apontam, para além do quantitativo de mulheres, o percentual de mulheres que concluíram os dois níveis de escolaridade: Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) e Ensino Superior, fazendo-nos atentar para os períodos de ascensão do gênero feminino.

GRÁFICO 1 - POPULAÇÃO TOTAL, POPULAÇÃO DE HOMENS E MULHERES

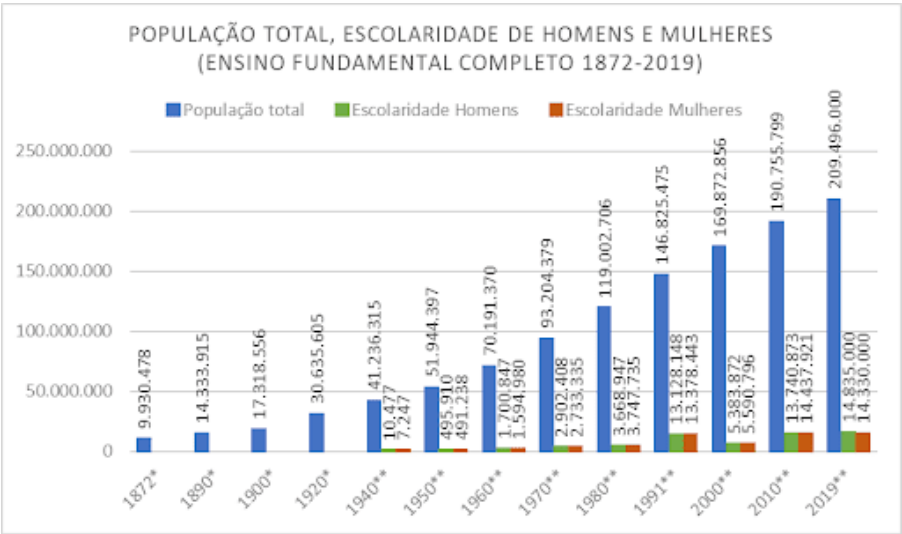


FONTE: IBGE

O gráfico 1 apresenta o crescimento da população brasileira a partir de 1872, ano em que foi realizado o primeiro levantamento estatístico do Brasil. De acordo com o Censo Geral do Império de 1872, os homens eram a maioria, com 51,6%, enquanto as mulheres ocupavam 49,4% da população. A predominância masculina permanece até o ano 1940, quando a quantidade de homens e mulheres fica praticamente empatada, mas com o quantitativo de mulheres ultrapassando o de homens — o percentual de homens passa de 50,4%, em 1920, para 49,9%, em 1940; enquanto o de mulheres passa de 49,6%, em 1920, para 50,1%, em 1940. A população feminina continuou a crescer, como é possível observar nos anos posteriores e como atestam os dados da PNAD do ano de 2019, quando atinge 51,1%, sendo os homens 48,9% da população brasileira.

ENSINO FUNDAMENTAL

GRÁFICO 2 - POPULAÇÃO TOTAL, ESCOLARIDADE DE HOMENS E MULHERES (ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO 1872-2019)



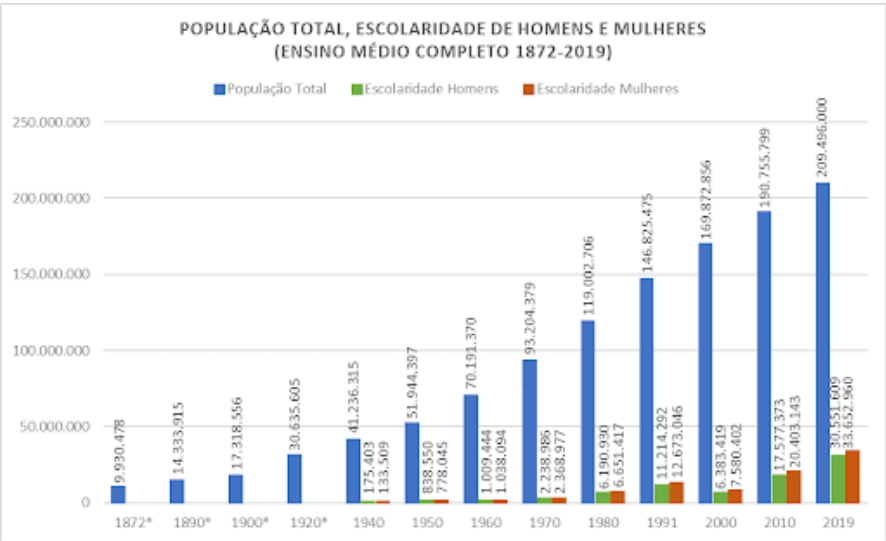
*O GRAU DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO NÃO FOI COMPUTADO NESTES CENSOS.
**1940 A 1960 - SOMA DO QUANTITATIVO DO PRIMÁRIO E GINASIAL; 1970 - SOMA DO QUANTITATIVO DOS NÍVEIS ELEMENTAR E MÉDIO 1° CICLO; 1980 E 1991 - SOMA DO QUANTITATIVO DO ENSINO ELEMENTAR E 1° GRAU; 2000 - ENSINO FUNDAMENTAL OU 1° GRAU; 2010 E 2019 - ENSINO FUNDAMENTAL
FONTE: IBGE

No que diz respeito à escolaridade, as mulheres só atingiram a maioria com o Ensino Fundamental concluído no censo do ano de 1980, quando foi alcançado o índice de 50,43% (os homens ocupavam 49,67% deste público), 40 anos após o quantitativo populacional feminino ultrapassar o masculino, conforme mostra o gráfico 1.

É interessante observar que o índice de mulheres com esta etapa da escolaridade finalizada chegou a 51,2%, no censo do ano 2000 (49,8 masculina), mas teve uma ligeira queda na PNAD em 2019, quando a maioria da população que concluiu o Ensino Fundamental voltou a ser de homens, com o índice de 50,9%, em detrimento de 49,1% de mulheres. Este percentual vai de encontro ao maior índice populacional alcançado pelas mulheres nas histórias dos censos brasileiros, quando a população feminina alcançou o maior índice populacional já registrado, 51,1% (48,9% de homens), nesse mesmo levantamento de 2019.

ENSINO MÉDIO

GRÁFICO 3 - POPULAÇÃO TOTAL, ESCOLARIDADE DE HOMENS E MULHERES (ENSINO MÉDIO COMPLETO 1872-2019)

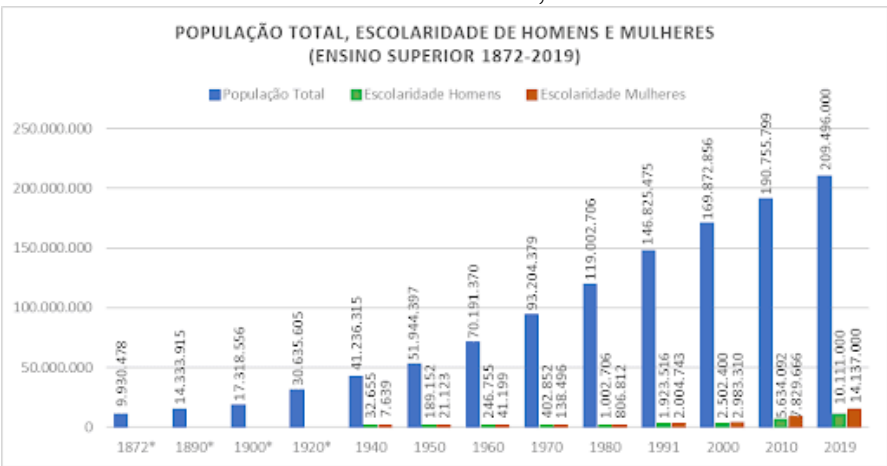


*O GRAU DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO NÃO FOI COMPUTADO NESTES CENSOS.
FONTE: IBGE

Apesar de a maioria populacional feminina se estabelecer em 1940 (gráfico 1), este percentual de predomínio na área educacional (Ensino Médio) só veio ser alcançado no censo de 1960. O número de mulheres que concluíram o Ensino Médio (anteriormente denominado Secundário e Ensino de 2º Grau) atingiu 50,7%, enquanto o percentual de homens foi de 49,3%. Nos recenseamentos posteriores, o percentual de mulheres com Ensino Médio completo teve um aumento, chegando a 54,3% no censo do ano 2000 e, segundo a PNADC do ano 2019, as mulheres chegaram a 52,4% (o percentual de homens foi de 45,7%, no ano 2000 e 47,6 no ano 2019).

ENSINO SUPERIOR

GRÁFICO 4 - POPULAÇÃO TOTAL, ESCOLARIDADE DE HOMENS E MULHERES (ENSINO SUPERIOR COMPLETO 1872-2019)



*O GRAU DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO NÃO FOI COMPUTADO NESTES CENSOS.
FONTE: IBGE

No tocante à população com o Ensino Superior completo, no censo do ano de 1940 o percentual era predominantemente masculino com 81%, enquanto as mulheres figuravam com apenas 19% formadas em escolas de ensino superior. Esse dado se estabelece no mesmo ano em que a população feminina brasileira já havia ultrapassado o quantitativo de homens (gráfico 1). Essa relação só veio mudar no censo do ano de 1991, quando as mulheres atingiram a marca de 51% da população que tinha completado o Ensino Superior (os homens eram 49%). No ano de 2019, segundo o PNADC, essa correspondência era de 58,3% de mulheres e 41,7% de homens com Ensino Superior completo.

Embora atualmente o quantitativo de mulheres seja superior ao de homens, seja na esfera populacional, seja na educacional, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que seja alcançado um quadro no qual homens e mulheres desfrutem das mesmas oportunidades e direitos (igualdade de gênero) nas variadas dimensões de existência. Outros aspectos devem ser acionados a isso, como a readequação do conceito de gênero binário utilizado em tais tipos de enquadramento populacional, desconsiderando as pessoas trans do país. Esses números nos alertam para uma série de elementos que estão por trás deles e que têm relação direta com legislações e reformas educacionais, com as pautas do movimento feminista, com as políticas públicas com foco na educação e formação de mulheres, com a política de cotas e, sobretudo, com a própria presença das mulheres nos bancos escolares e demais espaços públicos.

REFERÊNCIAS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9673. Acesso em: 20 maio 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9663-censo-demografico-2000.html?edicao=9773. Acesso em: 22 maio 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9663-censo-demografico-2000.html?edicao=9773&t=downloads. Acesso em: 20 maio 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=28203&t=publicacoes. Acesso em: 22 maio 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=28203&t=publicacoes. Acesso em: 22 maio 2023.

OLHARES DE MENINAS SOBRE O SER MULHER

Viviane de Bona
Professora da UFPE/GEPIFHRI

Danyelle Almeida de Andrade
Pós-doutoranda da UFPE/GEPIFHRI

Entre cores, reflexões, tintas, pensamentos, desenhos, sentidos e criatividade, as telas que compõem esse eixo da exposição foram produzidas por oito meninas com idades entre 7 e 12 anos. Suas pinturas evidenciam a forma como cada uma delas compreendeu e construiu representações sobre palavras e expressões que lhes foram apresentadas durante uma oficina conduzida por membros do Laboratório sobre Infâncias e Projeto Lúdico-Educacionais Inclusivos, o LIPLEI.

As palavras geradoras foram evocadas em uma roda de conversa com as crianças e possuem relação direta com o tema da exposição, que coloca em evidência narrativas em torno do ser mulher e da sua relação com o espaço público, especialmente no campo político.

Na roda, foram destacadas palavras e expressões como: corpo da mulher; mulher trabalhadora; mulher artista; política; presidenta; ditadura; autoritarismo e direitos humanos.

Depois de as meninas expressarem verbalmente sobre os sentidos que atribuem a esses temas a partir de suas experiências diárias, elas foram convidadas a fazer um exercício criativo, que consistia em escolher uma das palavras para a elaboração de um desenho a partir desses sentidos. Ao final do exercício, nomearam suas produções e relataram as ideias que embasaram suas criações.

O resultado aqui exposto, como podem observar, indica o potencial de comunicação e um modo particular de compreensão do mundo, cujas representações possuem uma carga de evocações que geram sentidos capazes de ativar reflexões sobre a formação cultural de nossas meninas. Ou seja, as produções aqui contempladas ilustram a perspectiva de crianças. E por que isso é importante?

A resposta é: porque possibilitar espaços e ações que contemplem a leitura de mundo sob a ótica infantil contribui para a valorização de seus saberes. Isso é necessário para que elas possam assumir um lugar enquanto participantes ativos da sociedade e enquanto sujeitos de direitos. Uma visão mais tradicional da infância não valoriza esse tipo de produção, por enxergar as crianças enquanto seres "incompletos" e por não terem atingido ainda seu pleno desenvolvimento.

Contudo, perspectivas mais atuais promovem uma nova noção sobre a criança e as infâncias, fazendo com que esses seres e essa fase da vida passem a ser entendidos como uma construção cultural, e não mais como uma realidade natural.

Não sem razão, desde a década de 1950, é possível encontrar produções dos campos da pedagogia e da psicologia que evidenciam esse movimento e valorizam a criação, as habilidades e as competências delas.

Inserido em uma perspectiva que considera a criança como ativa nos processos dos quais participa, trabalhos como este concretizam essa ideia que se propõe a construir conhecimentos com crianças e não meramente sobre elas.

A diferença entre essas duas vertentes reside na postura frente à forma como lhes é oferecido um espaço de fala, escuta atenciosa e um lugar de protagonismo. Neste sentido, mais do que educar, estamos movimentando a história das mulheres.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. A.; SOUZA, K. P. S.; ARAUJO, M. L. S.; SANTOS, M. R. A.; SILVA, J. M.; FONSECA, S. S. S.; BONA, V. Reflexões e estratégias sobre a participação infantil nos trabalhos com crianças. In: LEÃO, M. S. M. S.; SILVA, A. M. M.; BARRETO, R. A. D. N.; SANTOS, M. H. S. (Orgs.). Diálogos entre ações extensionistas, ensino e pesquisa no Centro de Educação da UFPE em tempos pandêmicos: formar, resistir, cuidar. Recife: EdUFPE, 2021, v. 1, p. 88-102.

BARBOSA, M. C. S. Culturas infantis: contribuições e reflexões. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 14, n. 43, p. 645-667, set./dez. 2014

PINTORAS E SUAS OBRAS

Giovana Marques Moreira de Oliveira
Lara Mandú Peixoto
Melissa Mandú Peixoto
Maria Júlia de Bona Rodrigues
Sara Cordeiro de Oliveira
Sofia Arruda de Melo
Sophia Cordeiro de Oliveira
Thalita Felipe de Andrade Ferreira

Brasil, 2023
Acrílica e guache sobre tela
30 X 30 cm

AUDIODESCRIÇÃO

Giovana Marques Moreira de Oliveira - 7 anos

Política, 2023
Acrílica e guache sobre tela
30X30 cm

Lara Mandú Peixoto - 7 anos

AUDIODESCRIÇÃO

Trabalho não é brinquedo, 2023
Acrílica e guache sobre tela
30 X 30 cm

Melissa Mandú Peixoto - 8 anos

AUDIODESCRIÇÃO

A pintora, 2023
Acrílica e guache sobre tela
30 X 30 cm

AUDIODESCRIÇÃO

Maria Júlia de Bona Rodrigues - 7 anos

Triste Felicidade, 2023
Acrílica e guache sobre tela
30 cm X 30 cm

AUDIODESCRIÇÃO

Sara Cordeiro de Oliveira - 12 anos

Mulheres, 2023
Acrílica e guache sobre tela
30X30 cm

Sofia Arruda de Melo - 11 anos

AUDIODESCRIÇÃO

Ditadura 2023
Acrílica e guache sobre tela
30X30 cm

Sophia Cordeiro de Oliveira - 11 anos

AUDIODESCRIÇÃO

Nosso Corpo, 2023
Acrílica e guache sobre tela
30 X30 cm

AUDIODESCRIÇÃO

Thalita Felipe de Andrade Ferreira - 9 anos

EXPOSIÇÃO VIRTUAL

ACESSE AQUI

FICHA TÉCNICA DA EXPOSIÇÃO

Reitor
Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor
Moacyr Araújo

Pró-reitora de Extensão e Cultura
Conceição Reis

Pró-Reitora de Pós-Graduação
Carol Virgínia Gois Leandro

Diretor de Extensão e Cultura
Flávio José da Silva

Diretora do Centro de Educação
Ana Lúcia Félix dos Santos

Vice-diretora do Centro de Educação
Tatiana Cristina dos Santos de Araújo

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação
Alice Miriam Happ Botler

Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação
Alexandre Simão de Freitas

Coordenação Geral da Exposição
Raylane Navarro Barreto
Viviane de Bona

Coordenação de Produção e Projeto Expográfico
Raab Albuquerque
Raylane Navarro Barreto
Viviane de Bona
Tássio Anselmo da Silva Melo

Montagem e Manutenção
Raab Albuquerque
Tássio Anselmo da Silva Melo

Elaboração e programação visual da Mídia digital
Raab Albuquerque
Tassio Anselmo da Silva Melo

Imagem de abertura
Tássio Anselmo da Silva de Melo

Equipe de acessibilidade
Maria Eduarda Gomes Belo da Silva
Maria Eloisa Vieira
Tássio Anselmo da Silva Melo
Consultores
José Edson da Silva
Ana Karina de Morais de Lira
Dione Figueiroa

Pesquisa iconográfica
Tássio Anselmo da Silva Melo

Organização de Oficinas
Danyelle Almeida de Andrade
Viviane de Bona

Oficineiras e Oficineiros
Ana Beatriz Almeida de Medeiros
Danyelle Almeida de Andrade
Lívia Monteiro Rodrigues Lira
Raylane Andreza Dias Navarro Barreto
Tássio Anselmo da Silva Melo

Pesquisa e Textos
Alessandra Maria dos Santos (UFPE)
Ana Carolina Braga de Sousa (UFPE)
Danyelle Almeida de Andrade (UFPE)
Édla Kerollayne Tavares da Silva (UFPE)
Gabriela Ribeiro Vasconcelos de Oliveira
Gabrielly Cavalcanti de Lima (UFPE)
Graciele Maria Coelho de Andrade Gomes (UFPE)
Hemilly Suenny da Silva (UFPE)
Izabela Cristina de Melo Santos (UFPE)
Maria Eduarda Gomes Belo da Silva (UFPE)
Raab Albuquerque (UFPE)
Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (UFPE)
Raquel Barreto Querino da Silva (UFPE)
Tayanne Adrian Santana Morais da Silva (UFPE)
Viviane de Bona (UFPE)

Pintoras
Giovana Marques Moreira de Oliveira
Lara Mandú Peixoto
Melissa Mandú Peixoto
Maria Júlia de Bona Rodrigues
Sara Cordeiro de Oliveira
Sofia Ferreira Celestino
Sophia Cordeiro de Oliveira
Thalita Felipe de Andrade Ferreira

Plotagem e Aplicação
Gráfica Yeshua

Iluminação
Tássio Anselmo de Melo
Raab Albuquerque
Viviane de Bona

Curadoria
Raylane Navarro Barreto

Realização
Coordenação Setorial de Extensão e Cultura do Centro de Educação

Apoio
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES
PPGE UFPE - Edital Proap 2022
Gepifhri - Grupo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinar em Formação Humana, Representações e Identidades
Liplei - LAboratório de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Infâncias e Projetos Ludicos-Educacionais Inclusivos
Projeto de extensão Rompendo Barreiras
Coordenação de Infraestrutura do Centro de Educação

Agradecimentos
Às mulheres de ontem e hoje

Título: Mulheres, educação e regime político autoritário

Org.: Raylane Andreza Dias Navarro Barreto e Viviane de Bona

Capa e Projeto Gráfico: Rodrigo Victor e Tássio Melo

Formato: e-book

Tipografia: Free Serif **(miolo)**
Nourd Bold **(títulos)**

COLEÇÃO GEPI FHRI | PRO